

*isa*  
ENERGIA

# RELEASE DE RESULTADOS 2T2025

**Natalia Beatriz Pereira  
Nascimento Sorreano**  
Técnica de Subestação  
e Manutenção



Saiba mais  
sobre a  
evolução da  
nossa marca



C.A. 46299  
RISCO 2  
ATPV 10,0 CALCM

*isa*  
ENERGIA

São Paulo, 30 de julho de 2025 – A ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL", "Companhia", B3: ISAE3 e ISAE4) anuncia seus resultados do segundo trimestre de 2025 (2T25). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com os procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Os resultados regulatórios são auditados anualmente pelo mesmo auditor independente das demonstrações financeiras societárias e não são revisados trimestralmente. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") na seção de "Anexos" deste documento.

Indicadores Regulatórios (R\$ Milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
Receita Líquida	1.028,6	1.112,4	-7,5%	2.160,5	2.220,5	-2,7%
PMSO	-186,7	-201,2	-7,2%	-364,4	-382,0	-4,6%
PMSO Gerenciável	-184,7	-190,1	-2,8%	-360,6	-359,7	0,2%
EBITDA	789,5	891,0	-11,4%	1.712,8	1.787,9	-4,2%
Margem EBITDA	76,76%	80,10%	-3,34 p.p	79,3%	80,5%	-1,2 p.p
Lucro Líquido <sup>1</sup>	255,6	425,6	-39,9%	593,0	834,8	-29,0%
Margem Líquida	24,9%	38,3%	-13,4 p.p	27,4%	37,6%	-10,1 p.p
ROE (12 meses)	18,0%	26,1%	-8,0 p.p	18,0%	26,1%	-8,0 p.p
Dívida Líquida	12.830,5	9.321,7	37,6%	12.830,5	9.321,7	37,6%
CapEx (ex-M&A)	1.102,1	640,2	72,2%	2.210,1	1.475,3	49,8%

<sup>1</sup>ajustado pela participação do acionista não controlador.

## Destques financeiros 2T25



**Receita líquida** R\$ 1.028,6 milhões (-7,5%)



**PMSO:** R\$ 186,7 milhões (-7,2%)



**EBITDA** R\$ 789,5 milhões (-11,4%)



**CapEx** R\$ 1.102,1 milhões (+72,2%)



**Dívida líquida** R\$ 12.830,5 milhões (+37,6%)

### Teleconferência 2T25

**Teleconferência em português com tradução simultânea para inglês**

**Data:** 31 de julho de 2025

**Horário:** 10h00 (BRT) / 09h00 (EST)

**O evento será transmitido via Zoom, através do link a seguir:** [clique aqui](#)

Todos dados para conexão disponíveis no site de Relações com Investidores:

[ri.isaenergiabrasil.com.br](http://ri.isaenergiabrasil.com.br)

## EVENTOS DO PERÍODO

### Participação de executivos em evento on-line (“live”)

Conforme indicado em [Comunicado ao Mercado](#), no dia 03 de abril de 2025, os executivos da Companhia Rui Chammas, Diretor Presidente, e Silvia Diniz Wada, Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios, participaram do podcast “Genial Analisa”, promovido pela Genial Investimentos em seu canal do Youtube. [Clique aqui](#) para acessar o vídeo do evento.

### Terceiro ano consecutivo na carteira do ISE

Em 05 de maio de 2025, a Companhia comunicou que as ações preferenciais, ISAE4, mantiveram sua participação na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (“ISE”) que irá vigorar até e 30 de abril de 2026 e é composta por 82 empresas de 40 setores diferentes, com valor de mercado total de R\$ 2,7 trilhões conforme o preço de fechamento em 02 de maio de 2025. Com desempenho de 78,5%, a Companhia avançou 17 posições em relação ao ranking de 2024 para ocupar o 24º lugar em 2025. [clique aqui](#).

### Atualização sobre a mediação com a Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Em despacho proferido no dia 08 de maio de 2025, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) determinou que o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do STJ (“CEJUSC/STJ”) convocasse as partes para audiência presencial de instalação da mediação, que foi realizada no dia 22 de maio de 2025.

Cabe destacar que o procedimento de mediação para uma tentativa de conciliação perdurará enquanto houver intenção de ambas as partes em seguir com a mediação. A tentativa de conciliação também não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a mediação entre as partes seja bem-sucedida, as condições do acordo que for eventualmente firmado serão divulgadas pela Companhia tempestivamente. Para maiores informações [Clique aqui](#).

### Início da operação comercial do projeto Água Vermelha

Em 05 de junho de 2025, o projeto Água Vermelha (contrato 01/2023) entrou em operação comercial com antecipação de 16 meses em relação ao prazo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Desta forma, a Companhia passou a operar e a ser remunerada ao obter do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) o Termo de Liberação Provisório (“TLP”), que faz jus ao recebimento de 90% da Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$ 8,5 milhões (ciclo tarifário 2025/2026) do projeto, que possui margem EBITDA estimada de cerca de 90% e regime de tributação por lucro presumido, com consolidação integral na ISA ENERGIA BRASIL.

O projeto viabilizou a operação de um novo banco de transformadores monofásicos (TR-10) na Subestação Água Vermelha, localizada no município de Iturama (MG), ampliando a capacidade de transformação e permitindo a conexão de novos empreendimentos de geração solar nas regiões do Noroeste Paulista e do Triângulo Mineiro. Para maiores informações, [clique aqui](#).

### Decisão sobre RBSE e seus Impactos

Em 10 de junho de 2025, a ANEEL decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo.

A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 (“NT85”) e decidiu por:

- i. Manutenção da metodologia postecipada de cálculo e pagamento dos valores devidos;
- ii. Criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; e
- iii. Atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

Para maiores informações, [acesse](#) o documento na íntegra.

## Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período de três meses findo em 30 de junho de 2025 e foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

A informação denominada EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização – LAJIDA) está apresentada de acordo com a Resolução CVM 156/22.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa nº 933 e Despacho nº 2.904:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>(=) Lucro Líquido Regulatório</b>	<b>255,6</b>	<b>425,6</b>	<b>-39,9%</b>	<b>593,0</b>	<b>834,8</b>	<b>-29,0%</b>
(+) Particip. do Acionista não controlador	17,1	14,1	21,6%	28,6	26,9	6,2%
(+) IRPJ/CSLL	40,8	130,4	-68,7%	130,9	263,3	-50,3%
(-) Equivalência Patrimonial	-91,5	-99,2	-7,8%	-166,6	-178,4	-6,6%
(+) Resultado Financeiro	351,7	240,1	46,5%	703,1	492,5	42,8%
(+) Depreciação/Amortização	215,8	180,1	19,8%	423,8	348,9	21,5%
<b>(=) EBITDA Regulatório</b>	<b>789,6</b>	<b>891,0</b>	<b>-11,4%</b>	<b>1.712,8</b>	<b>1.788,0</b>	<b>-4,2%</b>
(+) Equivalência Patrimonial	91,5	99,2	-7,8%	166,6	178,4	-6,6%
<b>(=) EBITDA Regulatório CVM 156/2022</b>	<b>881,1</b>	<b>990,3</b>	<b>-11,0%</b>	<b>1.879,4</b>	<b>1.966,4</b>	<b>-4,4%</b>

O cálculo do EBITDA de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de contabilidade internacionais, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), a partir do EBITDA na contabilidade regulatória está disponível na sessão "Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)" deste documento ([clique aqui](#)).

## ÍNDICE

<b>EVENTOS DO PERÍODO</b>	<b>3</b>
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO (RESULTADOS REGULATÓRIOS)</b>	<b>7</b>
RECEITA OPERACIONAL	7
CUSTOS E DESPESAS DE O&M	9
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	10
EBITDA E MARGEM	11
RESULTADO FINANCEIRO	12
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	12
IRPJ E CSLL	13
LUCRO LÍQUIDO <sup>1</sup>	13
COMPARATIVO DE RESULTADOS (REGULATÓRIO VS. IFRS)	14
<b>ENDIVIDAMENTO</b>	<b>16</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>17</b>
INVESTIMENTOS EM REFORÇOS E MELHORIAS (“R&M”)	17
INVESTIMENTOS EM PROJETOS <i>GREENFIELD</i>	18
<b>MERCADO DE CAPITAIS</b>	<b>19</b>
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	19
DESEMPENHO DAS AÇÕES	19
<b>SUSTENTABILIDADE</b>	<b>20</b>
DESTAQUES DO PERÍODO	20
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	21
<b>EVENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>23</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</b>	<b>23</b>
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP) - CONTRATOS LICITADOS	23
RAP CICLO 25/26	24
RENOVAÇÃO CONCESSÃO PAULISTA - CONTRATO 059/2001 (RBNI/RBSE)	26
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI 4.819/58	27
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>29</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>32</b>

## DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia realiza a gestão de seus indicadores operacionais de forma constante e minuciosa. O principal indicador é o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação percentual entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no período e a energia total que seria suprida na ausência das interrupções, ou seja, representa a energia que deixou de ser consumida em decorrência de uma interrupção. A gestão adequada do IENS é de suma importância uma vez que as transmissoras de energia são remuneradas pela disponibilidade de seus ativos por meio da Receita Anual Permitida ("RAP") e eventuais indisponibilidades da rede podem acarretar redução da receita por meio de desconto denominado Parcela Variável ("PV").

Segue abaixo a medição do IENS<sup>1,2</sup> da Companhia e do Sistema Interligado Nacional ("SIN") ao longo de 2025:

### IENS % 2025



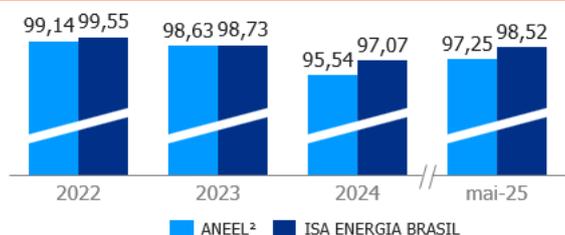
<sup>1</sup> Índice de referência disponibilizado no relatório de indicadores de desempenho calculado pelo ONS.

<sup>2</sup> São considerados apenas ativos da rede básica.

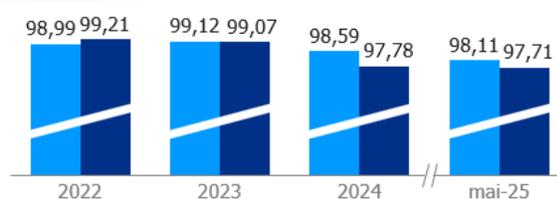
<sup>3</sup> Dado disponibilizado no relatório de junho/2025 pelo SIN.

## Disponibilidade de ativos

### Linhas de Transmissão



### Transformadores



\* São considerados apenas ativos da rede básica

\*\* O ONS/ANEEL calcula o indicador para famílias de equipamento, que é a junção do tipo e nível de tensão.

\*\*\* Dados acumulados em forma de janela móvel, junho/2024 a maio/2025.

\*\*\*\* Fonte: ONS.

## DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

### Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.163,6	1.260,5	-7,7%	2.445,4	2.531,6	-3,4%
<b>RBSE</b>	<b>568,6</b>	<b>646,2</b>	<b>-12,0%</b>	<b>1.137,2</b>	<b>1.292,5</b>	<b>-12,0%</b>
<b>Concessão Paulista (contrato 059)</b>	<b>435,8</b>	<b>399,3</b>	<b>9,1%</b>	<b>872,1</b>	<b>796,1</b>	<b>9,6%</b>
Operação e Manutenção (O&M) <sup>1</sup>	235,1	235,2	0,0%	470,3	470,4	0,0%
Reforços e Melhorias (R&M)	200,6	164,1	22,3%	401,8	325,7	23,4%
<b>Contratos Licitados</b>	<b>254,7</b>	<b>227,0</b>	<b>12,2%</b>	<b>508,6</b>	<b>450,9</b>	<b>12,8%</b>
<b>Parcela de Ajuste (PA) e Antecipações</b>	<b>-112,2</b>	<b>-28,7</b>	<b>291,1%</b>	<b>-111,4</b>	<b>-49,4</b>	<b>125,3%</b>
<b>Parcela Variável (PV)</b>	<b>-12,7</b>	<b>-13,1</b>	<b>-3,4%</b>	<b>-28,6</b>	<b>-33,5</b>	<b>-14,7%</b>
<b>Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFRA)</b>	<b>29,4</b>	<b>29,9</b>	<b>-1,5%</b>	<b>67,5</b>	<b>75,1</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Outras</b>	<b>10,5</b>	<b>11,2</b>	<b>-6,2%</b>	<b>22,7</b>	<b>21,3</b>	<b>6,6%</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.174,1</b>	<b>1.271,8</b>	<b>-7,7%</b>	<b>2.468,1</b>	<b>2.552,8</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Deduções</b>	<b>-145,5</b>	<b>-159,4</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-307,6</b>	<b>-332,3</b>	<b>-7,4%</b>
Tributos e Contribuições (PIS e Cofins)	-101,4	-113,1	-10,4%	-213,9	-227,3	-5,9%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFRA)	-26,5	-28,9	-8,5%	-59,1	-70,3	-16,0%
Encargos Regulatórios in RAP (P&D, RGR e TFSEE)	-17,7	-17,4	1,7%	-34,7	-34,7	-0,1%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.028,6</b>	<b>1.112,4</b>	<b>-7,5%</b>	<b>2.160,5</b>	<b>2.220,5</b>	<b>-2,7%</b>

<sup>1</sup>RAP referente a parcela de operação e manutenção dos ativos existentes considerados no processo de renovação do contrato 059/2001.

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 1.174,1 milhões no 2T25, redução de R\$ 97,6 milhões em relação ao 2T24 (-7,7%). Já no acumulado do ano, a receita bruta totalizou R\$ 2.468,1 milhões (-3,3% vs. 1S24). As principais variações da receita no período foram:

#### Concessão Paulista (contrato 059/2001)

- **Efeitos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") 2023**
  - ▼ Redução do componente econômico da RBSE, decorrente da movimentação da base de ativos;
  - ▲ Incorporação da RAP de Reforços e Melhorias ("R&M") de pequeno porte energizados entre 2018 e 2022;
  - ▼ Movimentação da base de ativos blindada na primeira RTP do contrato.
- **Reajuste da RAP: ciclo tarifário 2024/2025**
  - ▲ Atualização da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do período (3,93%).
- **R&M de Grande Porte**
  - ▲ Incorporação da RAP dos projetos energizados nos últimos 12 meses.

#### Contratos Licitados

- ▲ Reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2024/2025 com atualização da RAP pelo IPCA do período (3,93%);
- ▲ Energização dos projetos Minuano no 4T24 e Água Vermelha no 2T25.

#### Parcelas De Ajuste (PA) e Antecipações

- ▼ Reversão, sem impacto no caixa, do saldo excedente bruto de PIS/Cofins de R\$ 275,1 milhões da PA relacionada à parcela do Ke no componente financeiro da RBSE ("Reversão PA RBSE") após decisão da diretoria da ANEEL, em 10 de junho de 2025. O saldo dessa PA, que foi reconhecida em 2020 após a primeira RTP da Concessão Paulista e teve seu prazo de amortização estendido até 2028 com o reperfilamento do componente financeiro do RBSE, era amortizado mensalmente conforme o recebimento do mesmo, via RAP;
- ▲ Reconhecimento de recurso administrativo interposto pela Companhia que corrigiu a PA estabelecida na RTP de 2023 da Concessão Paulista (Despacho 1.228/25 e Nota Técnica 57/2025) (+R\$ 166,3 milhões bruto de PIS/Cofins);
- ▲ Retomada do recebimento da anuidade de melhorias após a RTP da Concessão Paulista, de forma a adiantar parte da receita associada à execução das melhorias de pequeno porte, que serão reconhecidas na RAP apenas na RTP de 2028 (+R\$ 10,2 milhões);

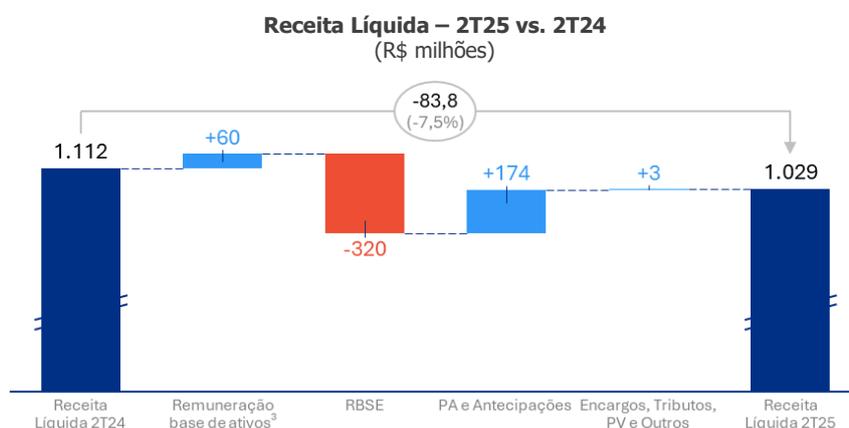
- ▲ Recebimento retroativo da anuidade de melhorias do ciclo tarifário anterior (23/24), devido a postergação da RTP de julho/2023 para julho/2024 (+R\$ 10,2 milhões).

PA e Antecipações (R\$ Milhões)	Consolidado		
	2T25	2T24	Var (%)
<b>PA Pleito RTP 059</b>	<b>166,3</b>	<b>0,0</b>	<b>N.A.</b>
<b>PA RBSE<sup>1</sup></b>	<b>-298,0</b>	<b>-22,9</b>	<b>1200,0%</b>
Amortização do trimestre	-22,9	-22,9	0,0%
Reversão saldo excedente	-275,1	0,0	N.A.
<b>Anuidade Melhorias</b>	<b>20,5</b>	<b>0,0</b>	<b>N.A.</b>
<b>Antecipação</b>	<b>8,5</b>	<b>6,1</b>	<b>39,2%</b>
Outras PAs	-9,5	-11,9	-20,0%
<b>TOTAL</b>	<b>-112,2</b>	<b>-28,7</b>	<b>291,1%</b>

<sup>1</sup>PA de remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke") reconhecida no 2T20 ([clique aqui](#)). Incorporação do componente à RAP após reperfilamento do RBSE definido na Resolução Homologatória 2.851/21 ([clique aqui](#)).

## RECEITA LÍQUIDA

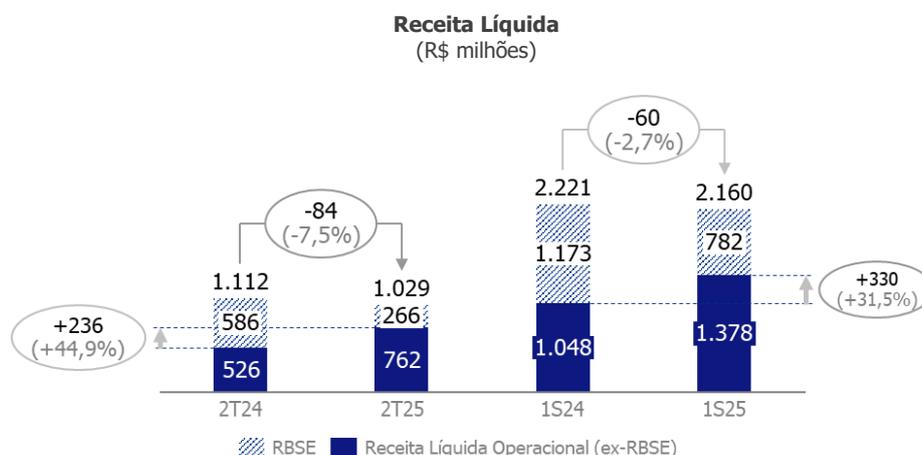
A receita líquida diminuiu R\$ 83,8 milhões (-7,5%) em relação ao registrado no 2T24, totalizando R\$ 1.028,6 milhões.



<sup>3</sup> Considera atualização pelo IPCA e Energização de projetos

## RECEITA LÍQUIDA EX-RBSE

A receita líquida ex-RBSE do 2T25 atingiu R\$ 762,3 milhões (+44,9% vs. 2T24). No acumulado do ano, a receita cresceu 31,5% devido, principalmente, a: (i) o resultado da RTP da Concessão Paulista; (ii) a correção monetária no reajuste para o ciclo tarifário 2024/2025; (iii) a energização de projetos de R&M de grande porte nos últimos 12 meses; (iv) a energização dos projetos Minuano e Água Vermelha; e (v) a retomada do recebimento da anuidade para melhorias de pequeno porte a partir de julho de 2024 com efeito retroativo para o ciclo 23/24.



## Custos e Despesas de O&M

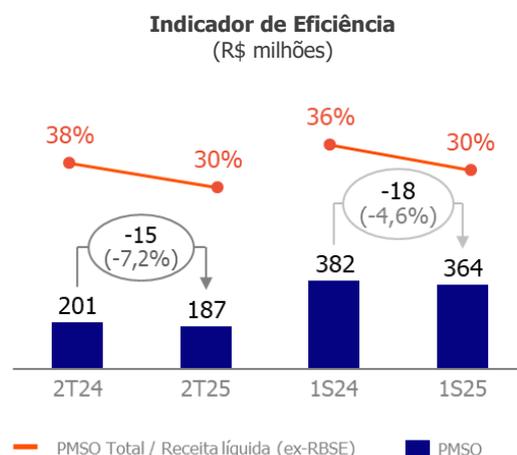
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
Pessoal	-102,0	-101,4	0,7%	-210,1	-199,8	5,1%
Materiais	-7,1	-7,8	-8,4%	-11,2	-11,4	-1,7%
Serviços	-52,0	-53,6	-3,0%	-92,0	-97,2	-5,4%
Outros	-23,6	-27,3	-13,6%	-47,3	-51,3	-7,8%
<b>PMSO (gerenciável)</b>	<b>-184,7</b>	<b>-190,1</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-360,6</b>	<b>-359,7</b>	<b>0,2%</b>
Não recorrentes	0,0	-0,0	-100,0%	0,0	-0,0	-100,0%
Entidade de Previdência Privada	-1,9	-11,2	-82,8%	-3,8	-22,3	-82,8%
<b>PMSO</b>	<b>-186,7</b>	<b>-201,2</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-364,4</b>	<b>-382,0</b>	<b>-4,6%</b>
Contingências	-18,8	-2,4	680,1%	-20,6	-11,5	79,5%
Depreciação	-215,8	-180,1	19,8%	-423,8	-348,9	21,5%
<b>Demais custos e despesas</b>	<b>-234,6</b>	<b>-182,5</b>	<b>28,6%</b>	<b>-444,4</b>	<b>-360,3</b>	<b>23,3%</b>
<b>Total</b>	<b>-421,2</b>	<b>-383,7</b>	<b>9,8%</b>	<b>-808,8</b>	<b>-742,4</b>	<b>9,0%</b>

A componente gerenciável dos Custos e Despesas com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros ("PMSO") totalizou R\$ 184,7 milhões no 2T25 (-2,8% vs. 2T24). Seguem os principais eventos que causaram variações no PMSO gerenciável do período:

- ▲ **Pessoal:** (i) acordos coletivos assinados em 2024; e (ii) maiores custos com plano de saúde dos colaboradores. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior capitalização de horas do quadro técnico e menor despesa com indenizações;
- ▼ **Materiais:** menor despesa com combustíveis;
- ▼ **Serviços:** menores despesas com honorários jurídicos e com conservação, limpeza de faixa e prestação de serviços de roçada parcialmente compensados por (i) maiores despesas com serviços de informática; e (ii) maiores despesas com consultoria tributária;

Além das movimentações explicadas, a provisão referente a previdência privada (passivo atuarial estimado em função de benefícios, conforme previsto no CPC33) reduziu R\$ 9,2 milhões no trimestre (-82,8% vs. 2T24). Essa variação não possui efeito caixa e é explicada principalmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada para apuração do valor presente das obrigações futuras devido ao aumento da NTN-B na reavaliação anual em dezembro de 2024.

O gráfico a seguir mostra a evolução da eficiência operacional da Companhia medida pela relação entre o PMSO e a receita líquida ex-RBSE.



## CONTINGÊNCIAS

A Companhia registrou contingências que somam R\$ 18,8 milhões no 2T25, montante superior ao registrado no 2T24 devido, principalmente: (i) execuções judiciais, basicamente, decorrente de adesão ao "Programa Desenrola" da ANEEL para penalidades regulatórias no valor de R\$5,0 milhões e provisões de processos cíveis no montante de R\$ 6,8 milhões; e (ii) aumento de R\$ 4,3 milhões referente a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber.

## DEPRECIÇÃO

A Companhia registrou R\$ 215,8 milhões em despesa com depreciação no 2T25. O aumento de 19,8% sobre a depreciação registrada no 2T24 é devido, principalmente:

- À RTP da Concessão Paulista, que homologou laudo de reavaliação dos ativos de projetos de reforços e melhorias energizados entre 2018 e 2022, gerando maior Base de Remuneração Regulatória ("BRR") e, conseqüentemente, maior volume de depreciação a partir de então (+R\$ 32,9 milhões vs. 2T24);
- Ao ajuste da taxa de depreciação média dos projetos, principalmente: Triângulo Mineiro, Aguapeí e Itaúnas;
- Regularização da unitização dos ativos das IE Jaguar 9, IE Triângulo Mineiro, IE Sul e IE Tibagi junto à ANEEL. (+R\$ 5,3 milhões vs. 2T24); e
- A entrada em operação do projeto Minuano (contrato 001/2020) no 4T24 (+R\$ 5,3 milhões).

Com isso, os custos e despesas com O&M totalizaram R\$ 421,2 milhões no 2T25 (+9,8% vs. 2T24).

## Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receitas</b>	<b>4,8</b>	<b>13,9</b>	<b>-65,9%</b>	<b>11,5</b>	<b>17,5</b>	<b>-34,2%</b>
Receitas de indenização de seguro patrimonial	0,0	1,9	-100,0%	0,0	0,0	N.A.
Alienação de bens inservíveis à concessão	0,0	0,0	N.A.	3,2	1,2	160,0%
Atualização de valores de precatórios a receber (terreno SJC)	3,0	10,7	-71,9%	4,8	11,4	-57,5%
Outras	1,7	1,3	33,4%	3,5	4,9	-29,1%
<b>Despesas</b>	<b>-38,4</b>	<b>-31,7</b>	<b>21,2%</b>	<b>-74,2</b>	<b>-56,6</b>	<b>31,1%</b>
Amortização de mais valia (PBTE e SF Energia)	-15,0	-15,0	0,0%	-29,9	-29,9	0,0%
Custo com desativação de bens*	-24,3	-17,6	38,2%	-45,4	-28,4	60,0%
Outros	0,8	0,8	-0,1%	1,1	1,7	-32,8%
<b>Total</b>	<b>-33,7</b>	<b>-17,8</b>	<b>89,5%</b>	<b>-62,7</b>	<b>-39,1</b>	<b>60,4%</b>

\* custos com serviço de desativação, alienação e baixa de ativos

A ISA ENERGIA BRASIL registrou despesa de R\$ 33,7 milhões na rubrica "outras receitas e despesas operacionais" no 2T25 com aumento de R\$ 15,9 milhões (+ 89,5%) em comparação com a despesa do 2T24. A rubrica de outras receitas apresentou redução de R\$ 9,1 milhões (-65,9% vs 2T24) devido à atualização dos precatórios referentes a venda de terreno e de crédito de ICMS registrados no 2T24 no valor total de R\$ 12,8 milhões. Já a rubrica de outras despesas cresceu R\$ 6,7 milhões (+21,2% vs 2T24) devido, principalmente: (i) aos custos com desativação e alienação de bens dado o maior volume de execução e entrada em operação de projetos de reforços e melhorias (-R\$ 6,7 milhões vs 2T24); e (ii) à realização da mais valia (*goodwill*) referente a aquisição das empresas PBTE e SF energia, que é amortizada ao longo do prazo remanescente da concessão da PBTE, até setembro de 2046.

## EBITDA e MARGEM

O EBITDA do 2T25 totalizou R\$ 789,5 milhões, diminuição de R\$ 101,5 milhões (-11,4% vs. 2T24) e margem de 76,8% (-3,34 p.p. vs. 2T24).

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
Receita Líquida	1.028,6	1.112,4	-7,5%	2.160,5	2.220,5	-2,7%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-205,4	-203,6	0,9%	-385,0	-393,5	-2,2%
Outras despesas e receitas (ex-amortização)	-33,7	-17,8	89,5%	-62,7	-39,1	60,4%
<b>EBITDA</b>	<b>789,5</b>	<b>891,0</b>	<b>-11,4%</b>	<b>1.712,8</b>	<b>1.787,9</b>	<b>-4,2%</b>
Margem EBITDA	76,8%	80,1%	-3,34 p.p.	79,3%	80,5%	-1,2 p.p.

A variação é explicada, principalmente, por:

- ▼ Reversão do saldo remanescente da PA do RBSE Financeiro sem efeito caixa;
- ▲ RTP da Concessão Paulista:
  - ▲ Recurso administrativo interposto pela Companhia sobre a PA da RTP aceito no 2T25;
  - ▲ Incorporação da RAP de R&M de pequeno porte;
  - ▼ Redução do componente econômico da RBSE;
- ▲ Reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 24/25;
- ▲ Entrada em operação de projetos *greenfield* e de reforços e melhorias de grande porte nos últimos 12 meses;
- ▲ Controle de custos e despesas;
- ▲ Redução de custos com entidade de previdência privada;
- ▼ Maior volume de contingências; e
- ▼ Maior custo com desativação e alienação de bens.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conj.					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Consolidado</b>	<b>789,5</b>	<b>891,0</b>	<b>-11,4%</b>	<b>1.712,8</b>	<b>1.787,9</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>170,7</b>	<b>181,8</b>	<b>-6,1%</b>	<b>335,6</b>	<b>343,8</b>	<b>-2,4%</b>
IE Madeira (51%)	80,2	91,8	-12,6%	155,1	168,0	-7,7%
IE Garanhuns (51%)	16,4	18,6	-11,7%	32,5	31,6	3,0%
IE Aimorés (50%)	11,9	11,7	2,0%	23,8	23,9	-0,2%
IE Paraguaçu (50%)	17,7	17,4	2,0%	35,2	34,9	0,8%
IE Ivaí (50%)	44,4	42,4	4,7%	89,0	85,5	4,1%
<b>Total</b>	<b>960,2</b>	<b>1.072,8</b>	<b>-10,5%</b>	<b>2.048,4</b>	<b>2.131,8</b>	<b>-3,9%</b>

O EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R\$ 170,7 milhões no 2T25, redução de R\$ 11,2 milhões (-6,1%) em relação ao 2T24.

O desempenho do trimestre é explicado pela redução registrada nos resultados de IE Madeira e IE Garanhuns, parcialmente compensada parcialmente pelo avanço nos resultados da AIE. Mais detalhes estão disponíveis na sessão "Equivalência Patrimonial" deste documento ([clique aqui](#)).

Com isso, o EBITDA total, considerando o consolidado da ISA ENERGIA BRASIL (controladora + empresas controladas) e as empresas controladas em conjunto (não consolidadas), foi de R\$ 960,2 milhões no 2T25 (-10,5% vs. 2T24).

## Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Financeira</b>	<b>124,1</b>	<b>51,3</b>	<b>142,0%</b>	<b>216,9</b>	<b>93,1</b>	<b>132,8%</b>
Rendimento de aplicação financeira	72,9	50,0	46,0%	153,4	89,8	70,7%
Outros	51,2	1,3	3796,4%	63,5	3,3	1813,9%
<b>Despesa Financeira</b>	<b>-475,8</b>	<b>-291,4</b>	<b>63,3%</b>	<b>-920,0</b>	<b>-585,6</b>	<b>57,1%</b>
Juros e encargos sobre empréstimos	-325,8	-216,0	50,8%	-274,0	-163,7	67,3%
Variação Monetária	-124,0	-67,8	82,8%	-159,1	-192,9	-17,5%
Outras	-26,1	-7,5	247,4%	-486,9	-229,0	112,6%
<b>Total</b>	<b>-351,7</b>	<b>-240,1</b>	<b>46,5%</b>	<b>-703,1</b>	<b>-492,5</b>	<b>42,8%</b>

A Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 351,7 milhões no 2T25, com aumento de R\$ 111,6 milhões (+46,5%) em comparação ao 2T24. No 1S25, a despesa financeira apresentou aumento de 42,8% quando comparada ao 1S24. O resultado reflete principalmente:

- ▼ **Juros e encargos sobre empréstimos:** refletem a maior posição de dívida bruta (+23,2% vs. jun/24) impulsionado pelas captações realizadas pela Companhia entre os períodos (15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup> emissões);
- ▼ **Variação monetária:** maior volume de dívida indexada ao IPCA (+56,0%) com avanço do IPCA para 1,3% no 2T25 (vs. 1,0% no 2T24). Para fins contábeis, o 2T considera a inflação dos meses de março a maio;
- ▼ Maiores gastos com tributos como: (i) Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") sobre o 4º desembolso do BNDES e sobre resgates de aplicações no período; e (ii) PIS/COFINS sobre receitas financeiras e créditos tributários;
- ▲ Reconhecimento de receita financeira de R\$ 28,2 milhões referente à atualização de créditos extemporâneos de IR/CSLL identificados no período; e
- ▲ Maior rendimento de aplicações financeiras devido ao maior volume aplicado (+19,3%) e à alta do CDI no período (+32 bps).

## Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>IE Madeira (51%)</b>	<b>45,5</b>	<b>53,6</b>	<b>-15,3%</b>	<b>82,7</b>	<b>98,4</b>	<b>-15,9%</b>
<b>IE Garanhuns (51%)</b>	<b>12,3</b>	<b>14,6</b>	<b>-15,8%</b>	<b>23,9</b>	<b>23,3</b>	<b>2,7%</b>
<b>AIE (50%)</b>	<b>33,7</b>	<b>31,0</b>	<b>8,9%</b>	<b>60,0</b>	<b>56,8</b>	<b>5,7%</b>
IE Aimorés	9,9	9,6	3,7%	19,4	19,6	-0,6%
IE Paraguaçu	15,2	13,8	10,1%	29,3	27,6	6,3%
IE Ivaí	8,6	7,6	13,2%	11,2	9,6	16,5%
<b>Total</b>	<b>91,5</b>	<b>99,2</b>	<b>-7,8%</b>	<b>166,6</b>	<b>178,4</b>	<b>-6,6%</b>

O resultado da equivalência patrimonial foi R\$ 91,5 milhões no 2T25, R\$ 7,7 milhões menor (-7,8%) que o registrado no 2T24 devido ao menor resultado de IE Madeira e IE Garanhuns. Seguem os detalhamentos por empresa:

### IE Madeira

Apresentou resultado de equivalência patrimonial de R\$ 45,5 milhões no 2T25, redução de R\$ 8,2 milhões (-15,3%) em relação ao 2T24 explicada principalmente por (i) impacto positivo de R\$ 35 milhões no 2T24 referente à reversão da parcela variável pelo atraso na entrada em operação; e (ii) maior despesa de IRPJ/CSLL diferido (+R\$ 1,9 milhão) no 2T25 em razão da padronização do critério de contabilização do imposto em contabilidade regulatória conforme critério adotado pela Companhia. Tais efeitos foram parcialmente compensados por (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (3,93%); e (ii) pela redução da despesa financeira líquida (+R\$ 7,2 milhões).

### IE Garanhuns

Apresentou receita de R\$ 12,3 milhões no 2T25, com redução de R\$ 2,3 milhões (-15,8%) em comparação com o resultado do 2T24. No 1S25 o resultado cresceu R\$ 0,6 milhão (+2,7%) em relação ao mesmo período de 2024 com resultado explicado principalmente pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (3,93%) e pela menor despesa financeira líquida (-R\$ 0,9 milhão). Tais efeitos foram parcialmente compensados por maior despesa de IR/CSLL (+R\$ 1,6 milhão) e maiores gastos com Pessoal (+R\$ 1,0 milhão).

### Aliança Interligação Elétrica (AIE)

Composta por 3 projetos em sociedade com a TAESA (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), a AIE apresentou receita de R\$ 33,7 milhões no 2T25 (+8,9% vs 2T24). O melhor resultado deve-se a: (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (3,93%); e

(ii) maior receita financeira em IE Aimorés e IE Paraguaçu. O crescimento foi parcialmente compensado pela maior despesa financeira líquida da IE Ivaí.

[Clique aqui](#) para verificar a demonstração de resultado sintética das controladas em conjunto.

## IRPJ e CSLL

IRPJ   CSLL (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
Corrente	11,3	-175,7	n.a	-83,6	-345,5	-75,8%
Diferido	-52,1	45,3	n.a	-47,3	82,2	n.a
<b>Total</b>	<b>-40,8</b>	<b>-130,4</b>	<b>-68,7%</b>	<b>-130,9</b>	<b>-263,3</b>	<b>-50,3%</b>
Taxa efetiva	13,0%	22,9%	-9,9 p.p	17,4%	23,4%	-6 p.p

A Companhia registrou despesa de R\$ 40,8 milhões com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IR/CSLL") no 2T25, frente à despesa de R\$ 130,4 milhões contabilizada no mesmo período do ano anterior. No 1S25, foi contabilizada despesa de R\$ 130,9 milhões (-50,3% vs 2T24) com taxa efetiva de 17,4% (23,4% no 1S24).

Neste trimestre, a Companhia identificou e reconheceu crédito extemporâneo com impacto positivo não recorrente de R\$ 77,5 milhões na rubrica de IR/CSLL.

Além do crédito tributário, o resultado do 2T25 também registrou redução da base tributável da controladora ISA ENERGIA BRASIL S.A. devido, principalmente, à (i) PA Reversão RBSE; (ii) redução do componente econômico do RBSE após a RTP de 2024; e (iii) maior despesa financeira líquida.

## Lucro Líquido<sup>1</sup>

Como resultado das explicações apresentadas, o lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 255,6 milhões, redução de 39,9% em relação ao 2T24. Já no acumulado do ano, o lucro líquido apresentou redução para R\$ 593,0 milhões.

**Lucro Líquido<sup>1</sup> 2T25 vs 2T24**  
(R\$ milhões)



**Lucro Líquido<sup>1</sup> 1S25 vs 1S24**  
(R\$ milhões)



<sup>1</sup> ajustado pela participação do acionista não controlador.

## Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 2T25, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 215,2 milhões na contabilização IFRS, resultado R\$ 321,3 milhões menor (-59,9%) que o registrado no 2T24. A DRE detalhada na contabilidade IFRS está disponível no [anexo IX](#) deste documento.

Demonstração de Resultado (IFRS) (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.432,9</b>	<b>1.662,6</b>	<b>-13,8%</b>	<b>3.844,9</b>	<b>3.640,8</b>	<b>5,6%</b>
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.244,3	-792,5	57,0%	-2.490,7	-1.759,6	41,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>188,5</b>	<b>870,1</b>	<b>-78,3%</b>	<b>1.354,2</b>	<b>1.881,1</b>	<b>-28,0%</b>
<b>Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>219,4</b>	<b>70,2</b>	<b>212,4%</b>	<b>319,6</b>	<b>151,4</b>	<b>111,1%</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>408,0</b>	<b>940,4</b>	<b>-56,6%</b>	<b>1.673,8</b>	<b>2.032,5</b>	<b>-17,6%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-351,9</b>	<b>-240,2</b>	<b>46,5%</b>	<b>-703,5</b>	<b>-492,7</b>	<b>42,8%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>56,1</b>	<b>700,2</b>	<b>-92,0%</b>	<b>970,3</b>	<b>1.539,8</b>	<b>-37,0%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>176,2</b>	<b>-149,7</b>	<b>-217,7%</b>	<b>-13,3</b>	<b>-333,4</b>	<b>-96,0%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado</b>	<b>232,3</b>	<b>550,5</b>	<b>-57,8%</b>	<b>957,0</b>	<b>1.206,4</b>	<b>-20,7%</b>
Participação do Acionista não Controlador	-17,1	-14,1	21,6%	-28,6	-26,9	6,2%
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>215,2</b>	<b>536,4</b>	<b>-59,9%</b>	<b>928,4</b>	<b>1.179,5</b>	<b>-21,3%</b>

**Receita - IFRS 15:** No IFRS, as receitas que se referem aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de implementação de infraestrutura e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. Além disso, existe a receita de remuneração dos ativos de contrato que é a recomposição do valor a receber pela taxa de desconto ao longo do tempo. No regulatório, a receita reflete a RAP registrada conforme o faturamento no prazo da concessão.

**RBSE Financeiro:** No IFRS, a decisão pela redução do componente financeiro do RBSE incorreu em redução do ativo contratual e, conseqüentemente da receita da Companhia em R\$ 746,5 milhões e impactou o lucro líquido em R\$ 492,7 milhões. No regulatório, a Companhia reverteu o saldo excedente da PA de R\$ 900 milhões contabilizada em 2020 (homologação da RTP de 2018), sobre o recebimento retroativo do ke do RBSE com impacto na receita bruta de R\$275 milhões e no lucro líquido R\$165 milhões.

**Custos dos investimentos:** No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado no período de obra, calculados a partir do investimento das aquisições de CapEx (equipamentos, serviços e mão de obra interna e externa). No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado.

**Depreciação:** No IFRS, não há depreciação de ativos da concessão, uma vez que estes não são considerados ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão. No regulatório, os ativos da concessão são considerados ativo imobilizado e depreciados linearmente considerando sua vida útil.

**Equivalência Patrimonial:** Os principais efeitos da equivalência patrimonial são reflexo das explicações da receita, custos e depreciação para as empresas controladas em conjunto.

**IR/CSSL:** No IFRS, o IR/CSSL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14, de forma que os valores efetivamente tributados consideram a realização do caixa. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade IFRS de acordo com a Resolução CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>(=) Lucro Líquido IFRS</b>	<b>215,2</b>	<b>536,4</b>	<b>-59,9%</b>	<b>928,4</b>	<b>1.179,5</b>	<b>-21,3%</b>
(+) Particip. do Acionista não controlador	17,1	14,1	21,6%	28,6	26,9	6,2%
(+) IRPJ/CSLL	-176,2	149,7	n.a	13,3	333,4	-96,0%
(-) Equivalência Patrimonial	-138,8	-131,2	5,9%	-294,2	-281,1	4,7%
(+) Resultado Financeiro	351,9	240,2	46,5%	703,5	492,7	42,8%
(+) Depreciação/Amortização	8,3	9,9	-16,2%	16,9	18,8	-10,0%
<b>(=) EBITDA IFRS</b>	<b>277,5</b>	<b>819,1</b>	<b>-66,1%</b>	<b>1.396,6</b>	<b>1.770,2</b>	<b>-21,1%</b>
(+) Equivalência Patrimonial	138,8	131,2	5,9%	294,2	281,1	4,7%
<b>(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022</b>	<b>416,3</b>	<b>950,3</b>	<b>-56,2%</b>	<b>1.690,7</b>	<b>2.051,3</b>	<b>-17,6%</b>

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade Regulatória a partir do EBITDA CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>EBITDA IFRS (CVM 156/22)</b>	<b>416,3</b>	<b>950,3</b>	<b>-56,2%</b>	<b>1.690,8</b>	<b>2.051,4</b>	<b>-17,6%</b>
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-1.380,7	-832,4	65,9%	-2.712,1	-1.847,0	46,8%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	64,6	-682,2	n.a	-942,6	-1.536,3	-38,6%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	17,9	-20,9	n.a	10,7	-43,7	n.a
(-) Receita de O&M	-318,8	-318,2	0,2%	-651,5	-653,0	-0,2%
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.163,6	1.260,5	-7,7%	2.445,4	2.531,6	-3,4%
(+) Outras receitas	1,0	1,4	-30,0%	4,5	4,6	-1,3%
(+) PIS e COFINS diferidos	48,2	41,5	16,2%	161,2	123,7	30,3%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	1.102,1	640,2	72,2%	2.210,1	1.475,3	49,8%
(-) Custo de O & M	7,8	10,0	-22,2%	12,0	13,7	-11,9%
(-) Despesas gerais e administrativas	3,9	-0,1	n.a	7,8	-2,0	n.a
(-) Equivalência patrimonial	-47,3	-31,9	48,3%	-127,6	-102,7	24,2%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	-31,2	-28,1	11,0%	-63,0	-49,0	28,4%
<b>EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)</b>	<b>881,1</b>	<b>990,3</b>	<b>-11,0%</b>	<b>1.879,4</b>	<b>1.966,4</b>	<b>-4,4%</b>
(-) Equivalência Patrimonial	-91,5	-99,2	-7,8%	-166,6	-178,4	-6,6%
<b>EBITDA REGULATÓRIO</b>	<b>789,6</b>	<b>891,0</b>	<b>-11,4%</b>	<b>1.712,8</b>	<b>1.788,0</b>	<b>-4,2%</b>

## ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/06/2025	31/12/2024	Var (%)
<b>Dívida Bruta<sup>3</sup></b>	<b>14.112,1</b>	<b>13.273,8</b>	<b>6,3%</b>
Curto Prazo	348,9	1.204,0	-71,0%
Longo Prazo	13.763,2	12.069,8	14,0%
<b>Disponibilidades Consolidadas</b>	<b>1.830,3</b>	<b>3.400,7</b>	<b>-46,2%</b>
ISA ENERGIA BRASIL e Controladas	1.281,5	3.044,0	-57,9%
Subsidiárias controladas em conjunto <sup>1</sup>	548,7	356,7	53,8%
<b>Dívida Líquida<sup>2</sup></b>	<b>12.830,5</b>	<b>10.229,8</b>	<b>25,4%</b>

<sup>1</sup> Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias controladas 100% e controladas em conjunto (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

<sup>2</sup> Dívida líquida considera disponibilidades ISA ENERGIA BRASIL e subsidiárias controladas 100%.

<sup>3</sup> Considera arrendamentos mercantis (*leasing*), segundo manual de contabilidade do setor elétrico ("MCSE") vigente a partir de janeiro de 2022, o qual considera adoção do CPC 6 pela ANEEL.

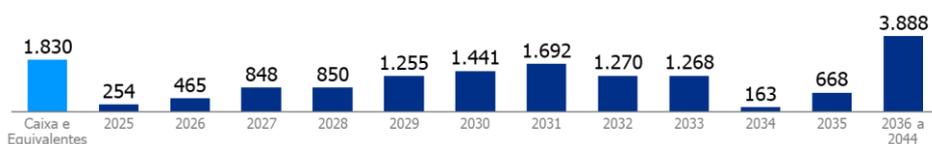
A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 14.112,1 milhões no 2T25, aumento de R\$ 838,3 milhões (+6,3%) em relação ao saldo final do 4T24. A Companhia também encerrou o 2T25 com o total de R\$ 1.830,3 milhões em disponibilidades (-46,2% vs. 31 de dezembro de 2024). Ao excluir as disponibilidades das empresas controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 12.830,5 milhões em 30 de junho de 2025 com aumento de R\$ 2.600,8 milhões (+25,4%) em comparação à dívida líquida em 31 de dezembro de 2024.

O aumento se deve às captações realizadas no primeiro trimestre de 2025 (18ª emissão de debêntures e 4º desembolso do BNDES) e parcialmente compensado com a liquidação da 7ª Emissão de debêntures realizada em abril de 2025 no montante de R\$ 928,4 milhões. Não houve novas captações no 2T25.

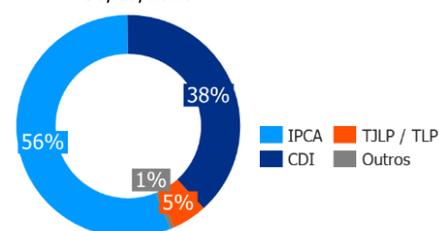
Os avanços de 265 bps no CDI anualizado (vs. 4T24) e de 45 bps no IPCA dos últimos 12 meses levaram o custo médio nominal das dívidas da Companhia para 13,29% a.a. (vs. 11,83% a.a. no 4T24). Considerando o IPCA acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio real\* da dívida é 7,56%, com aumento de 93 bps (vs. 6,63% no 4T24).

O prazo médio da dívida consolidada da Companhia em 30 de junho de 2025 era de 7,6 anos (vs. 7,5 anos em 31 de dezembro de 2024) e seu perfil de amortização é compatível com a natureza do negócio, o que apresenta baixo risco, com alta previsibilidade de receitas e geração de caixa operacional, características que são destacadas pela Fitch ao atribuir o *rating* corporativo "triple A" em escala local com perspectiva estável para a Companhia.

**Cronograma de Amortização da Dívida Bruta**  
(R\$ milhões)



**Indexação da Dívida**  
30/06/2025



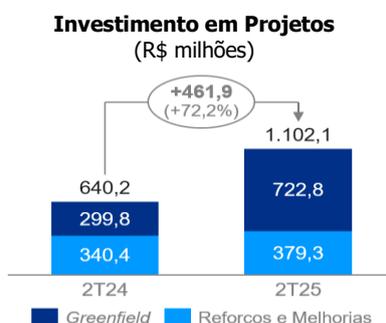
Cabe destacar que apenas os contratos de financiamento com o BNDES (total de R\$ 707,7 milhões em 30 de junho de 2025) possuem *covenants* financeiros, que são medidos anualmente pelo índice Dívida Líquida/EBITDA e tem como limite 3,0x. A última apuração ocorreu com as informações de 31 de dezembro de 2024 e a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada com os dados de 31 de dezembro de 2025. O índice de alavancagem gerencial da Companhia, seguindo a metodologia do BNDES, foi de 3,43x no 2T25, comparado a 2,72x no 4T24. A Companhia já iniciou as tratativas junto ao BNDES para obtenção de *Waiver*. Mais detalhes sobre a alavancagem estão no [anexo VII](#) deste documento.

Mais informações sobre o endividamento estão disponíveis no website da Companhia ([clique aqui](#)).

(\*) Razão entre (i) Custo médio nominal; e (ii) IPCA últimos 12 meses.

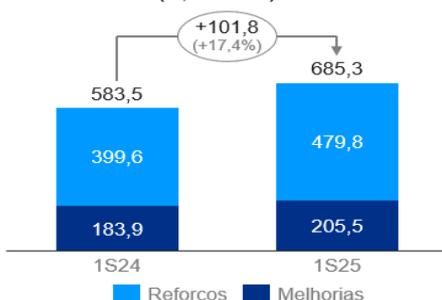
## INVESTIMENTOS

A ISA ENERGIA BRASIL, suas empresas controladas e empresas controladas em conjunto investiram R\$ 1.102,1 milhões no 2T25, com aumento de R\$ 461,9 milhões (+72,2%) em relação a 2T24. A variação é explicada, principalmente, pelo aumento de R\$ 423,0 milhões (+141,1%) em investimentos em projetos *greenfield*, com destaque para o montante investido nos projetos Piraquê e Riacho Grande, que receberam, respectivamente, R\$ 538,0 milhões e R\$ 77,1 milhões, compensando o fim dos investimentos nos projetos energizados entre períodos.



## Investimentos em Reforços e Melhorias (“R&M”)

**Investimento em Reforços e Melhorias**  
(R\$ milhões)



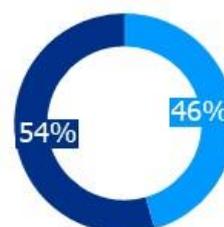
A renovação dos ativos é fundamental para a adequada gestão do sistema de transmissão e, além de garantir a excelência na prestação de serviço com confiabilidade e segurança, permite a redução de custos de operação e manutenção (“O&M”) e traz maior longevidade aos ativos.

A Companhia investiu R\$ 379,3 milhões em R&M no 2T25, aumento de R\$ 38,9 milhões (+11,4%) em comparação com o mesmo período de 2024. Nesse período, a ISA ENERGIA BRASIL substituiu 426 equipamentos dentre os quais estão transformadores, disjuntores, chaves seccionadoras, sistemas de proteção e linhas de transmissão.

No segundo trimestre de 2025 a ISA ENERGIA BRASIL recebeu novas autorizações para executar projetos de R&M com investimento total aproximado de R\$ 275 milhões. Atualmente a Companhia possui cerca de R\$ 5,7 bilhões de investimentos em projetos de R&M já autorizados pela ANEEL que serão executados até 2029. Estes investimentos são remunerados conforme a Regulação e cabe destacar que a receita de aproximadamente 55% do investimento autorizado entre os anos de 2023 e 2027 refere-se a projetos de pequeno porte e, portanto, será habilitada somente na RTP prevista para acontecer em 2028, com pagamento da receita retroativa às respectivas datas de entrada em operação de cada projeto. Os demais projetos (grande porte) são autorizados com receita previamente definida via Resolução Autorizativa (“ReA”) e passam a receber receita imediatamente após a entrada em operação.

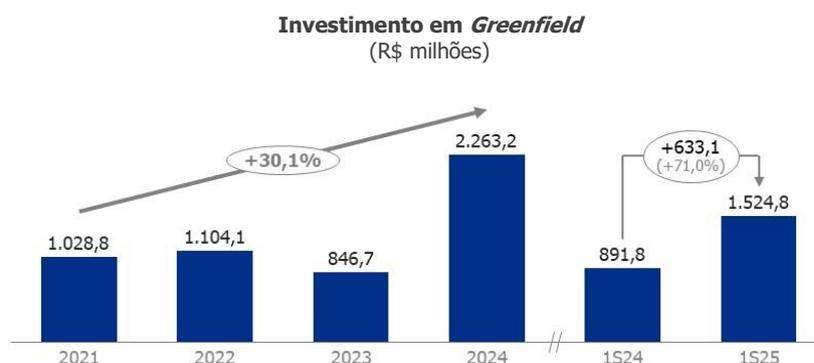
**Investimento Autorizado para projetos de Reforços e Melhorias**  
(R\$ bilhões, valor real base jun/25)

R\$ 5,7 bilhões



## Investimentos em Projetos *Greenfield*

Além de energizar o projeto Água Vermelha no 2T25 com antecipação de 16 meses em relação ao prazo ANEEL, no mesmo período a Companhia investiu R\$ 722,8 milhões em projetos licitados. O aumento de R\$ 423,0 milhões (+141,1%) em relação ao mesmo período de 2024 é devido, principalmente, aos investimentos de R\$ 538,0 milhões no projeto Piraquê e R\$ 77,1 milhões no projeto Riacho Grande, que se encontram em fase avançada de construção com 67% e 89% de avanço físico nas obras, respectivamente. O maior investimento nos projetos Piraquê e Riacho Grande compensou a redução de investimentos nos projetos Minuano e Triângulo Mineiro que foram energizados no 4T24 e 3T23, respectivamente.



A Companhia possui 5 projetos *greenfield* em execução com investimento ANEEL remanescente de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões (termos reais junho/2025) e RAP ciclo 25/26 de R\$ 1.022,3 milhões. Segue tabela com informações dos projetos em construção:

Leilões	Projetos	Situação Atual	Contrato	Empresa	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 25/26 (R\$ milhões)	Início das Obras	Prazo ANEEL	Avanço Físico <sup>1</sup>	CapEx Participação ISA ENERGIA BRASIL (R\$ milhões)	
										Total ANEEL (valor real, data base leilão)	ISA ENERGIA BRASIL (valor nominal, realizado até 30/06/25)
001/2020 (dez/2020)	Riacho Grande (Lote 7)	Em Obras	005/2021	IE Riacho Grande	SP	93,1	3T23	mar-26	89%	1.141,0	765,8
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Lote 3)	Em Obras	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	MG / ES	343,1	3T24	set-27	67%	3.653,6	2.695,9
	Jacarandá (Lote 6)	Em Obras	011/2022	IE Jaguar 8	SP	16,1	3T24	mar-26	61%	232,3	62,9
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	Licenciamento Ambiental	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	321,8	-	mar-29	21%	3.157,0	305,8
	Itatiaia (Lote 7)	Licenciamento Ambiental	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	248,2	-	mar-29	23%	2.342,3	136,2
<b>Total (5)</b>						<b>1.022,3</b>			<b>44%</b>	<b>10.526,2</b>	<b>3.966,5</b>

<sup>1</sup>Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização.

Mais informações sobre os projetos *greenfield* estão disponíveis no website da Companhia e você pode acessar [clikando aqui](#).

## MERCADO DE CAPITAIS

### Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatinas que atua nos setores de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, a Companhia possui 64,2% das ações em circulação (*free float*).

Acionistas	ISAE3 (ON)		ISAE4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administração	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Circulação (Free Float)</b>	<b>27.080.900</b>	<b>10,50%</b>	<b>395.801.044</b>	<b>98,72%</b>	<b>422.881.944</b>	<b>64,18%</b>
Eletrobras	25.106.829	9,73%	117.399.836	29,28%	142.506.665	21,63%
Outros	1.974.071	0,77%	278.401.208	69,44%	280.375.279	42,55%
<b>Total</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100,00%</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100,00%</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100,00%</b>

Data base: 30/06/2025

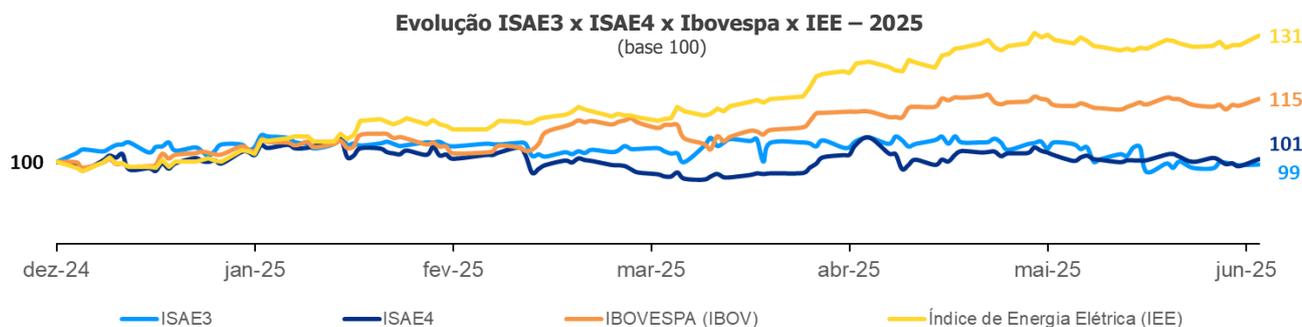
### Desempenho das Ações

As ações ordinárias ("ISAE3") e preferenciais ("ISAE4") da ISA ENERGIA BRASIL encerraram o segundo trimestre de 2025 cotadas, respectivamente, a R\$ 30,31 (-3,8% vs. 1T25) e R\$ 23,18 (+3,8% vs. 1T25). Neste mesmo período, o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Ibovespa apresentaram valorizações de 18,8% e 6,6%, respectivamente. A Companhia encerrou o 2T25 com valor de mercado de R\$ 17,1 bilhões e, neste mesmo período, o volume financeiro médio diário negociado ("ADTV"<sup>2</sup>) da ISAE4 foi de R\$ 45,7 milhões (-32,5% vs. 1T25).

Mercado de Capitais	2T25	2T24	1T25	1S25	1S24
Valor de Mercado <sup>1</sup> (R\$ bilhões)	658.882.604	658.882.604	658.882.604	658.882.604	658.882.604
	17,1	19,3	17,1	17,1	19,3
<b>ISAE3</b>					
Volume médio/dia (mil ações)	3,1	2,1	3,5	3,3	2
Volume financeiro médio/dia - ADTV <sup>2</sup> (R\$ mil)	96	70	111	104	76
Cotação Média (R\$)	31,45	33,72	31,64	31,54	33,96
Preço de fechamento (R\$)	30,31	34,09	31,52	30,31	30,31
<b>ISAE4</b>					
Volume médio/dia (mil ações)	1.982	3.331	2.908	2.445	3.111
Volume financeiro médio/dia - ADTV <sup>2</sup> (R\$ mil)	45.697	86.235	67.739	56.718	70.497
Cotação Média (R\$)	23,05	25,80	23,26	23,16	76
Preço de fechamento (R\$)	23,18	26,26	22,34	23,18	26,26

<sup>1</sup> calculado a partir do preço de fechamento das ações no período | <sup>2</sup> volume diário médio de negociações diárias (ADTV)

Atualmente, a Companhia integra os seguintes índices: Índice Bovespa (Ibovespa B3), Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice de Dividendos (IDIV), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice de Governança Corporativa (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice *MidLarge Cap* (MLCX), Índice de Utilidade Pública (UTIL), Índice Brasil 100 (IBRX100), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice Bovespa *Smart Dividendos* (IBSD), Índice Bovespa BR+ (IBBR), Índice de Diversidade (IDVR), Índice Valor (IVBX), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice Bovespa B3 Empresas Privadas (IBEP), Índice Bovespa B3 *Equal Weight* (IBEW), IBOV BR+ *Equal Weight* B3 (IBBE), Índice Bovespa *Smart Low Volatility* B3 (IBLV) e IBOV BR+ Cap 5% B3 (IBBC).



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3  
IDIVERSA B3 IVBX B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBBE B3 IBLV B3 IBBC B3

## SUSTENTABILIDADE

A ISA ENERGIA BRASIL, comprometida com a transparência na gestão e no relacionamento com seus grupos de interesse, reforça a sustentabilidade como eixo estratégico para geração de valor de longo prazo. Os dados e indicadores apresentados referem-se à ISA ENERGIA BRASIL e suas subsidiárias de participação integral, salvo indicação em nota de rodapé. A gestão dessas informações é supervisionada e revisada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”).

Alinhados à agenda de desenvolvimento sustentável, os investimentos e iniciativas refletem a essência da Companhia em impulsionar uma transformação para um futuro sustentável, com o compromisso de priorizar a vida e garantir uma transição energética resiliente, segura, limpa e justa. Saiba mais sobre os compromissos no [site](#) da Companhia.

## Destaques do Período

### Inauguração do Núcleo Conexão Cultural com cursos gratuitos em Guarulhos

A ISA ENERGIA BRASIL inaugurou o Núcleo Conexão Cultural em Guarulhos (SP), oferecendo 100 vagas gratuitas em cursos de Cultura Digital e Iluminação Cênica, com 196 horas cada, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. A iniciativa é parte do Projeto Jacarandá e inclui material didático e cesta básica para os participantes, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno onde atua.

### ISA ENERGIA BRASIL avança no ranking do ISE B3

A ISA ENERGIA BRASIL foi listada pela terceira vez consecutiva no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, alcançando a 24ª posição entre as 82 empresas selecionadas — um avanço de 17 posições em relação ao ano anterior. O resultado reflete a evolução da Companhia em temas como redução de emissões, diversidade e inclusão, governança e investimento social privado.

### Relatório Anual de Sustentabilidade e Jornada Climática 2024

A ISA ENERGIA BRASIL divulgou seu Relatório Anual de Sustentabilidade 2024 onde celebrou os 25 anos da Companhia divulgando investimento recorde de R\$ 2,3 bilhões em projetos *greenfield* voltados à transição energética e mais de R\$ 3 milhões destinados a 50 projetos sociais incentivados e próprios.

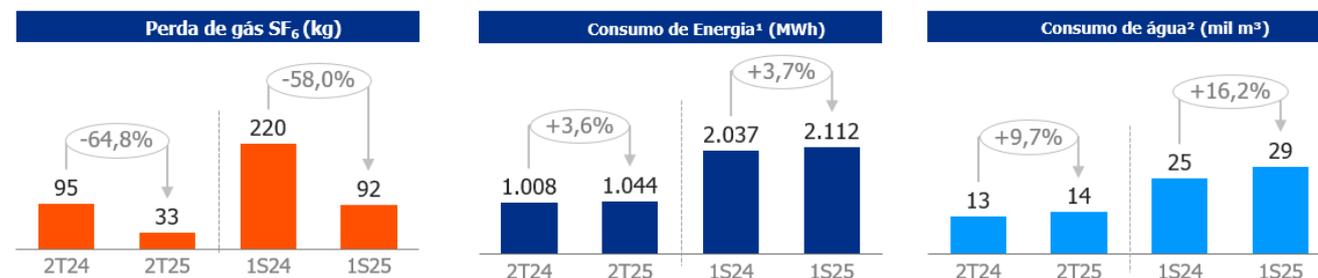
A Companhia lançou, pelo segundo ano consecutivo, o Relatório de Jornada Climática, reforçando o seu papel como agente da transição energética no Brasil, com ações estruturadas em mitigação e adaptação. Entre os destaques: (i) redução de 20% nas emissões de SF<sub>6</sub> em três anos; (ii) compensação de 100% das emissões de GEE dos escopos 1, 2 (exceto perdas técnicas) e 3, (iii) apoio à conservação de mais de 40 mil hectares na Amazônia por meio do Programa Conexão Jaguar. O Relatório também detalha o Plano de Adaptação e Resiliência Climática, que avaliou 413 ativos com base em cenários científicos do IPCC (prática reconhecida internacionalmente como referência para a gestão de riscos climáticos), incorporando riscos e oportunidades aos planos estratégicos até 2050.

### Destaque no Prêmio Melhores do ESG 2025 da Exame

A Companhia foi reconhecida como Destaque do Setor de Energia no Prêmio “Melhores do ESG 2025”, promovido pela Exame, em parceria com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (“IBMEC”). O reconhecimento reflete a atuação consistente da ISA ENERGIA BRASIL em 2024, ano que consolidou avanços relevantes em todas as frentes de sua atuação. Nesse período, a Companhia investiu R\$ 1,3 bilhão em melhorias no parque de transmissão e emitiu R\$ 1,8 bilhão em debêntures verdes.

## Indicadores de Sustentabilidade

### Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)



<sup>1</sup> considera o consumo de energia proveniente exclusivamente da concessionária | <sup>2</sup> considera o consumo de água proveniente de distribuidora e poço tubular.

As metas de redução de emissões de gases de efeito estufa ("GEE") da Companhia abrangem os Escopos 1 e 2, além de parte do Escopo 3 e as ações prioritárias estão concentradas na mitigação de emissões associadas ao gás SF<sub>6</sub>, ao consumo de energia elétrica e ao uso de combustíveis.

As perdas de gás SF<sub>6</sub> representam mais de 70% das emissões de GEE dos Escopos 1 e 2 (excluindo perdas técnicas), o que justifica a manutenção de esforços contínuos para sua prevenção e, quando necessário, resposta rápida para controle. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se o desenvolvimento e aplicação de novas técnicas de contenção de gás, mapeamento e priorização de manutenção em equipamentos críticos e redução no tempo de resposta após identificação de vazamentos. Como resultado, as perdas de SF<sub>6</sub> diminuíram 64,8% no 2T25 em relação ao mesmo período do ano anterior.

O consumo de energia aumentou 3,6% no segundo trimestre impulsionado pela energização de novos projetos no segundo semestre de 2024 e pela continuidade das obras de reforços e melhorias.

No 2T25, também foi registrado um acréscimo de 9,7% no consumo de água em comparação ao mesmo período de 2024, reflexo do volume significativo de obras em andamento.

### Saúde e Segurança do Trabalho ("SST")

Foram registrados 10 acidentes sem afastamento e 3 com afastamento, envolvendo colaboradores próprios e terceiros. Diante do aumento no volume de obras em andamento, a Companhia tem redobrado seus esforços para fortalecer a cultura de segurança e preservar a vida, reafirmando seu compromisso com a integridade de todos os envolvidos nas operações.

Houve avanços significativos no sistema de gestão ISO 45.001, com inspeções em campo e foco na manutenção e no atendimento aos requisitos normativos, além de auditoria interna, tendo em vista a avaliação e melhoria contínua do SGSST.

Destaca-se também o início do programa de "Cultura de Segurança" junto às contratadas, reforçando o compromisso com práticas seguras que tem se refletido em ações concretas como o Plano de Segurança do Projeto Serra Dourada. Iniciativas como o Café Online de Segurança com líderes e a Campanha Maio Amarelo reforçaram valores essenciais para a preservação da vida de colaboradores e prestadores de serviço da Companhia.

Categoria / Colaboradores	2T24	2T25	Var (%)	1S24	1S25	Var (%)
<b>Acidentes sem afastamento</b>						
Próprios	0	1	N.A.	0	2	N.A.
Terceiros	3	9	2,0	3	11	2,7
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2,3</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>3,3</b>
<b>Acidentes com Afastamento</b>						
Próprios	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Terceiros	1	3	2,0	2	5	1,5
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1,5</b>
<b>Acidentes com óbitos</b>						
Próprios	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Terceiros	0	0	N.A.	0	0	N.A.
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N.A.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N.A.</b>
<b>Taxa de frequência de acidentes</b>						
Próprios	0,0	1,3	N.A.	0,0	1,3	N.A.
Terceiros	1,8	2,1	0,1	1,2	1,5	0,2

### Diversidade<sup>1</sup>

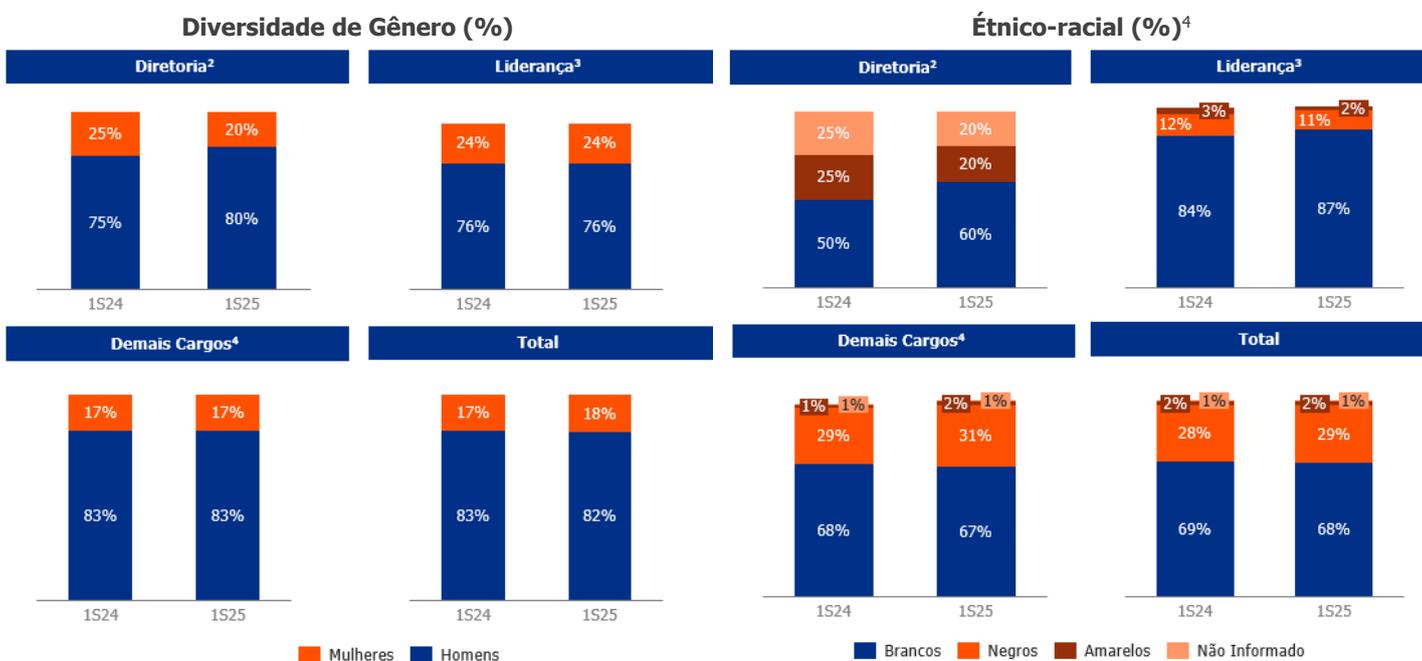
O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão da ISA ENERGIA BRASIL reúne iniciativas voltadas à atração, aceleração de carreira e desenvolvimento profissional. Com foco no acultramento e o letramento dos colaboradores, o programa também busca aprimorar processos de gestão do capital humano, direcionando estratégias para garantir um ambiente seguro, acolhedor e respeitoso com todas as formas de diversidade.

Neste trimestre, a Companhia relançou os grupos de afinidade com foco em quatro grupos socialmente sub-representados: Gênero, Raça e Etnia, Pessoas com Deficiência e LGBTI+. Foi estabelecida uma governança com executivos nomeados como *sponsors* de cada um desses pilares, fortalecendo uma pauta estratégica para o negócio.

A Companhia realizou a pesquisa Pulse de Diversidade, com o objetivo de mapear a percepção dos colaboradores sobre o tema. Adicionalmente, promoveu o Diálogo de Diversidade e Inclusão, atingindo cerca de 320 pessoas. As ações foram acompanhadas pelo fortalecimento de práticas inclusivas, de representatividade e respeito à diversidade como, por exemplo, a atuação de um comitê de recrutamento e seleção focado em ampliar a diversidade nos processos seletivos. Em junho, no mês do orgulho LGBTI+, foi realizada a live “Orgulho que Transforma”, com participação do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI. No 2T25, a representatividade feminina em cargos de liderança se manteve em 24%, enquanto pessoas pretas e pardas ocupam 29% das posições na empresa, sendo 11% em liderança.

<sup>1</sup> Os indicadores de diversidade consideram o total de colaboradores no último dia de cada período.

<sup>2</sup> Diretores estatutários e Presidente.



<sup>4</sup> Especialistas e demais cargos, exceto Conselheiros, Aprendizes e Estagiários.

<sup>5</sup> As informações étnico-racial são feitas de acordo com as classificações do IBGE.

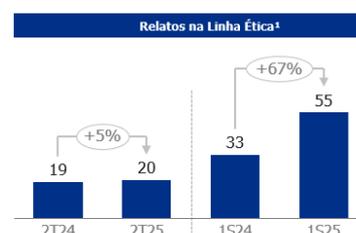
## Comportamento ético

A Companhia recebeu 20 denúncias pela Linha Ética no 2T25 (+5% vs 2T24), reflexo da cultura de integridade e confiança das pessoas colaboradoras no canal de denúncias.

Duas denúncias seguem em análise e 18 foram encerradas, sendo duas confirmadas como conduta discriminatória. Os casos confirmados foram avaliados pelo Comitê de Ética, reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos, com aplicação de medidas disciplinares e ações preventivas.

Não foram recebidos relatos relacionados a corrupção, suborno, concorrência desleal ou violações ao meio ambiente.

O website da Linha Ética foi o canal mais utilizado, concentrando 75% dos registros de forma digital, com o mesmo percentual optando pelo anonimato.



## Conformidade Ambiental

A Companhia não registrou multas significativas<sup>1</sup> por não conformidade ambiental no período, tendo recebido apenas três autos de infração relacionados à ausência de declaração de volumes de água captados em 2024, cujas multas serão devidamente quitadas. Além disso, houve um auto por supressão de vegetação nativa que está sendo tratado com o órgão ambiental competente, e outro decorrente de queimada, para o qual foi proposto um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (“TCRA”), atualmente em análise no âmbito de recurso administrativo.

<sup>1</sup> Multa não significativa: Sanções por não conformidade ambiental (valor inferior a US\$10 mil).

## EVENTOS SUBSEQUENTES

### 19ª emissão de debêntures

Em 07 de julho de 2025, a Companhia concluiu o processo de captação de recursos via 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 580 milhões. O prazo de vencimento da oferta foi definido em aproximadamente 10 anos contados da data de emissão. O custo da emissão é de IPCA+6,70% a.a. [Clique aqui](#) para acessar os documentos da oferta.

### RAP Ciclo 2025/2026

Em 15 de julho de 2025 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.481 ([clique aqui](#)), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto para o Ciclo Tarifário de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 (ciclo 2025/2026). De acordo com a REH nº 3.481, a RAP e os valores correspondentes à PA do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS e COFINS passou a ser de R\$ 6.398,5 milhões no ciclo 2025/2026, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL, base junho de 2025. Excluindo os valores correspondentes às PA's, a RAP consolidada do ciclo é de R\$ 6.372,8 milhões. Deste montante, 55,6% representam a RAP do contrato renovado, incluindo Reforços e Melhorias, RBSE e a parcela de Operação de Manutenção (O&M) do contrato. Além disso, 44,4% da RAP refere-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições (M&A), sendo (i) 28,3% de empreendimentos em operação, ou seja, com RAP ativa e; (ii) 16,0% de empreendimentos em construção, que devem adicionar remuneração à Companhia conforme sejam concluídos.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### Revisão Tarifária Periódica (RTP) - Contratos Licitados

#### RTP Licitadas 2025

Em julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.475/2025 ([clique aqui](#)), a qual reposicionou a RAP dos contratos dos empreendimentos licitados com RTP prevista para o ciclo tarifário em julho de 2024, entre eles: 026/2009 (IE Serra do Japi), 001/2020 (Evrecy), 006/2020 (IE Tibaji), 007/2020 (IE MG) das empresas controladas.

O índice de reposicionamento econômico real médio foi de +4,47%, com impacto positivo de R\$ 6,9 milhões em valor absoluto. O que representa um aumento de 0,11% na RAP Potencial de R\$ 6,2 bilhões da Companhia (Ciclo 24/25), sem considerar PA's. Considerando o IPCA do período de 5,32%, o índice de reposicionamento nominal médio, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL, para essas concessões foi de 10,02%:

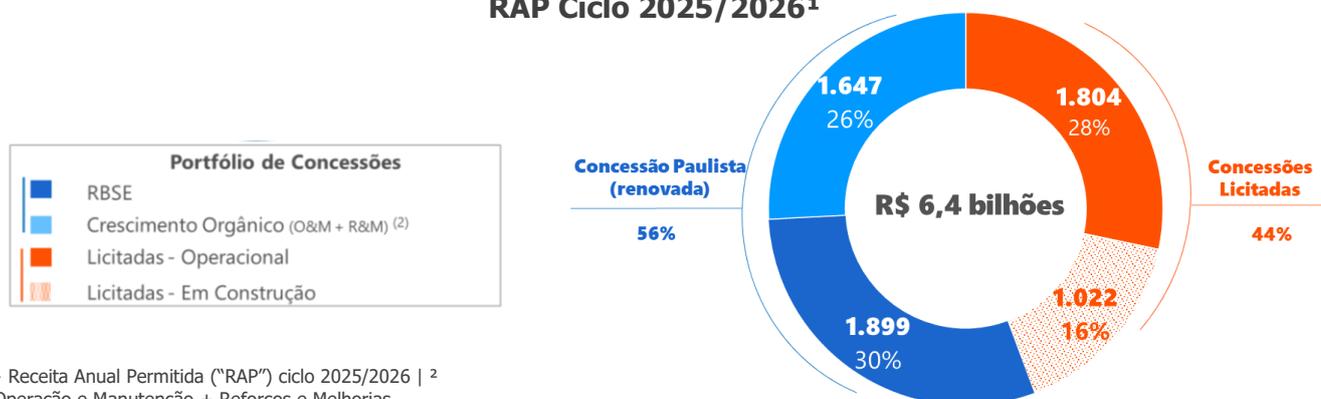
RTP 2025 Licitadas								
Empresa	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contrato	RAP (R\$ milhões, sem PA)			Índice Reposicionamento		Impacto na RAP (A x B) (R\$ milhões)
			Vigente (jun/24) (A)	Revisada (jun/25)	var R\$	Nominal	Real (B)	
IE SERRA DO JAPI	100%	026/2009	55,3	62,4	+7,1	12,86%	7,16%	4,0
EVRECY	100%	001/2020	50,2	53,0	+2,7	5,46%	0,13%	0,1
IE TIBAJI	100%	006/2020	7,6	7,5	-0,1	-1,69%	-6,65%	-0,5
IEMG	100%	007/2020	40,5	46,1	+5,7	14,00%	8,24%	3,3
Total			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9
Total Particip. ISA ENERGIA BRASIL			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9

Cabe destacar que apenas o contrato 026/2009, da subsidiária controlada IE Serra do Japi, apresentou valores de PA, devido a efeitos retroativos de RAP de reforços que entraram em operação entre os anos de 2018 e 2022, no montante de R\$ 0,3 milhão. O valor será recebido anualmente até a próxima revisão tarifária, prevista para julho de 2030.

## RAP Ciclo 25/26

Em 15 de julho de 2025 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 ([clique aqui](#)), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo Tarifário de 12 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 (ciclo 25/26).

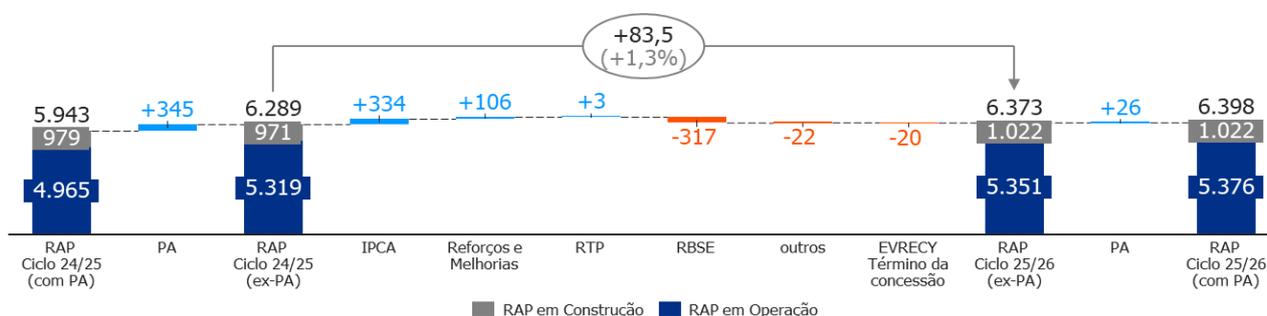
### RAP Ciclo 2025/2026<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Receita Anual Permitida ("RAP") ciclo 2025/2026 | <sup>2</sup> Operação e Manutenção + Reforços e Melhorias

De acordo com a REH nº 3.481/2025, a RAP do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS e COFINS passou a ser de R\$ 6.372,74 milhões no ciclo 25/26, ponderada pela participação da ISA ENERGIA BRASIL (base junho de 2025). A RAP do contrato renovado (059/2001), incluindo Reforços e Melhorias, RBSE e a parcela de Operação de Manutenção (O&M), representa 56% do total, enquanto 44% referem-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições (M&A).

### Evolução da RAP Ciclo<sup>1</sup> (milhões)



<sup>1</sup> considera valores estabelecidos no momento da publicação das respectivas Resoluções Homologatórias da RAP dos ciclos tarifários.

A RAP do ciclo 25/26 cresceu R\$ 83,5 milhões (+1,3%) em relação ao ciclo tarifário anterior (23/24). Os principais motivos dessa variação são:

- correção monetária do ciclo 25/26 (IPCA), no total de R\$ 333,8 milhões;
- novos projetos de R&M que entraram em operação no último ciclo, adicionando R\$ 105,7 milhões;
- trajetória decrescente da RAP de O&M conforme estabelecido na RTP de 2024;
- redução de R\$ 317,0 milhões do componente financeiro da RBSE;
- fim do contrato de concessão da Evreco em julho de 2025.

Além disso, a resolução também definiu valores das PAs a serem compensadas no mesmo período para tratar eventuais ajustes financeiros. O valor total da PA, considerando o total Consolidado e o montante proporcional à participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto, foi de R\$ 26 milhões para o ciclo 25/26, conforme descrito abaixo:

- ▲ R\$ 100 milhões referentes à RTP da Concessão Paulista;
- ▲ R\$ 40 milhões em anuidade melhorias;
- ▲ R\$ 6 milhões de projetos autorizados sem RAP prévia;
- ▲ R\$ 2 milhões relacionados à RTP dos ativos IENNE, Jaguar 9 e Serra do Japi;
- ▼ R\$ -98 milhões para compensar superávit de arrecadação do período anterior;

- ▼ R\$ -10 milhões relacionados às Demais Instalações de Transmissão ("DIT");
- ▼ R\$ -14 milhões de outros ajustes.

Segue abaixo quadro resumo da RAP ciclo 25/26. Os valores são líquidos de PIS e COFINS, incluem encargos regulatórios P&D, TFSE e RGR e excluem os encargos CDE e PROINFA.

Controladora													RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros¹	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26			
				REH 3.216					REH 3.348		Total	com PA		
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M	IPCA	813	43	95	0	-22	929	80	1.009	813	14,3%	
		R&M		682	36	-0	0	0	718		718	682	5,2%	
		RBSE		2.105	112	-0	0	-317	1.899		1.899	2.105	-9,8%	
	012/2016	PBTE	IPCA	223	12	0	0	0	235	-8	226	223	5,3%	
<b>Total Controladora Operacional</b>				<b>3.823</b>	<b>203</b>	<b>94</b>	<b>0</b>	<b>-339</b>	<b>3.781</b>	<b>72</b>	<b>3.853</b>	<b>3.823</b>	<b>-1%</b>	
Subsidiárias Controladas													RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros²	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26			
				REH 3.216					REH 3.348		Total	com PA		
<b>Subsidiárias (100%) em operação</b>				<b>733</b>	<b>38</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>-0</b>	<b>766</b>	<b>-18</b>	<b>748</b>	<b>713</b>	<b>7%</b>	
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	76	4	3	0	0	83	-4	79	76	10%	
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	68	4	0	0	0	72	-3	69	68	5%	
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	67	4	0	0	0	71	-2	69	67	5%	
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	14	1	1	0	0	15	2	18	14	10%	
	007/2020	Triângulo Mineiro³	IPCA	44	2	0	0	0	46	-2	44	44	5%	
IENNE	001/2008	IENNE	IPCA	68	4	0	0	0	71	-2	69	68	5%	
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	57	3	0	2	0	62	1	63	57	10%	
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	66	3	8	0	-0	77	-3	74	66	18%	
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	53	3	0	0	0	56	-2	54	53	5%	
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	19	1	0	0	0	21	-1	20	19	7%	
	042/2017	Bauru	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	16	15	5%	
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	22	1	0	0	0	24	-1	23	22	5%	
	006/2020	Três lagoas	IPCA	7	0	0	0	0	7	-0	7	7	5%	
IE SUL	016/2008	Forquilha	IPCA	19	1	0	0	0	20	-1	20	19	5%	
	013/2008	Scharlau	IPCA	8	0	0	0	0	9	-1	8	8	5%	
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	50	3	0	0	0	53	1	54	50	5%	
	020/2008	Evrecy	IGP-M	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	17	1	0	0	0	18	-1	18	17	5%	
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%	
IE Jaguar 8	012/2008	Piratininga	IPCA	15	1	0	0	0	16	0	16	15	5%	
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	8	0	0	0	0	9	-0	8	8	5%	
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8	0	8	8	5%	
<b>Consolidado ISA ENERGIA BRASIL em operação</b>				<b>4.556</b>	<b>242</b>	<b>106</b>	<b>3</b>	<b>-339</b>	<b>4.547</b>	<b>53</b>	<b>4.601</b>	<b>4.536</b>	<b>0%</b>	
Subsidiárias Controle Compartilhado													RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26			
				REH 3.216					REH 3.348		Total	com PA		
<b>Subsidiárias (não consolidadas) em operação</b>				<b>1.508</b>	<b>80</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.588</b>	<b>-55</b>	<b>1.534</b>	<b>1.508</b>	<b>5%</b>	
IE Madeira (51%)	013/2009	Lote D	IPCA	388	21	0	0	0	408	-15	394	388	5%	
	015/2009	Lote F		335	18	0	0	0	352	-11	341	335	5%	
IE Paraguai (50%)	003/2017	Paraguai	IPCA	154	8	0	0	0	162	-6	157	154	5%	
IE Garanhuns (51%)	022/2011	Garanhuns	IPCA	150	8	0	0	0	158	-6	152	150	5%	
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	103	5	0	0	0	109	-4	105	103	5%	
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	379	20	0	0	0	399	-15	384	379	5%	
<b>Participação ISA ENERGIA BRASIL</b>				<b>763</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>803</b>	<b>-28</b>	<b>776</b>	<b>763</b>	<b>5%</b>	
<b>ISA ENERGIA BRASIL Total em operação</b>				<b>5.319</b>	<b>282</b>	<b>106</b>	<b>3</b>	<b>-339</b>	<b>5.351</b>	<b>26</b>	<b>5.376</b>	<b>5.299</b>	<b>1%</b>	
PROJETOS EM CONSTRUÇÃO													RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26			
				REH 3.216					REH 3.348		Total	com PA		
<b>Concessões Controladora em Construção</b>				<b>867</b>	<b>46</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>913</b>	<b>0</b>	<b>913</b>	<b>867</b>	<b>5%</b>	
ISA ENERGIA BRASIL	008/2022	Piraquê	IPCA	326	17	0	0	0	343	0	343	326	5%	
	006/2023	Serra Dourada	IPCA	306	16	0	0	0	322	0	322	306	5%	
	012/2023	Itatiaia	IPCA	236	13	0	0	0	248	0	248	236	5%	
<b>Concessões Controladas em Construção</b>				<b>104</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>109</b>	<b>-0</b>	<b>109</b>	<b>104</b>	<b>5%</b>	
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	88	5	0	0	0	93	-0	93	88	5%	
IE Jaguar 8	011/2022	Jacarandá	IPCA	15	1	0	0	0	16	0	16	15	5%	
<b>ISA ENERGIA BRASIL em construção</b>				<b>971</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.022</b>	<b>-0</b>	<b>1.022</b>	<b>971</b>	<b>5%</b>	
<b>ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO)</b>				<b>6.289</b>	<b>334</b>	<b>106</b>	<b>3</b>	<b>-339</b>	<b>6.373</b>	<b>26</b>	<b>6.398</b>	<b>6.269</b>	<b>2%</b>	

## Renovação Concessão Paulista - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei 12.783/2013. Com isso o prazo da concessão foi prorrogado até dezembro de 2042 e o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (\*) e do SE (\*\*) foram garantidos à Companhia.

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 14.1.3 (ii) das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

Em 2016, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 336/2016 que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina os valores do SE e prazos de pagamento para as concessionárias. Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. Na metodologia contábil pelo modelo IFRS, o impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 5.1 das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL, de 25 de junho de 2020, recalculou os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizou os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 1.2a das demonstrações financeiras referentes ao 4T24). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornaram aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Após a homologação do resultado da RTP das Transmissoras (ReH 2.851/21), que incluiu o reperfilamento do recebimento do componente financeiro do RBSE, a ABIAPE/ABRACE/ESBR apresentaram pedido de reconsideração, pós trânsito em julgado, questionando o cálculo do componente financeiro do RBSE e o reperfilamento. Em junho de 2021, a Superintendência Geral de Tarifas ("SGT") da ANEEL publicou a NT 117/2021 e emitiu comunicado público explicando não existirem erros de cálculo e tampouco erros metodológicos. Entretanto, em junho de 2022, a SGT da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE e, neste mesmo mês, ocorreu decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por diretor da ANEEL sobre o referido tema. Após decisão colegiada da diretoria da ANEEL, a decisão monocrática foi suspensa. Em abril de 2023, a SGT publicou a nova nota técnica (85/2023), que trata das manifestações acerca NT 085/2022 e o Ofício-Circular nº 23/2022, de 16 de agosto de 2022.

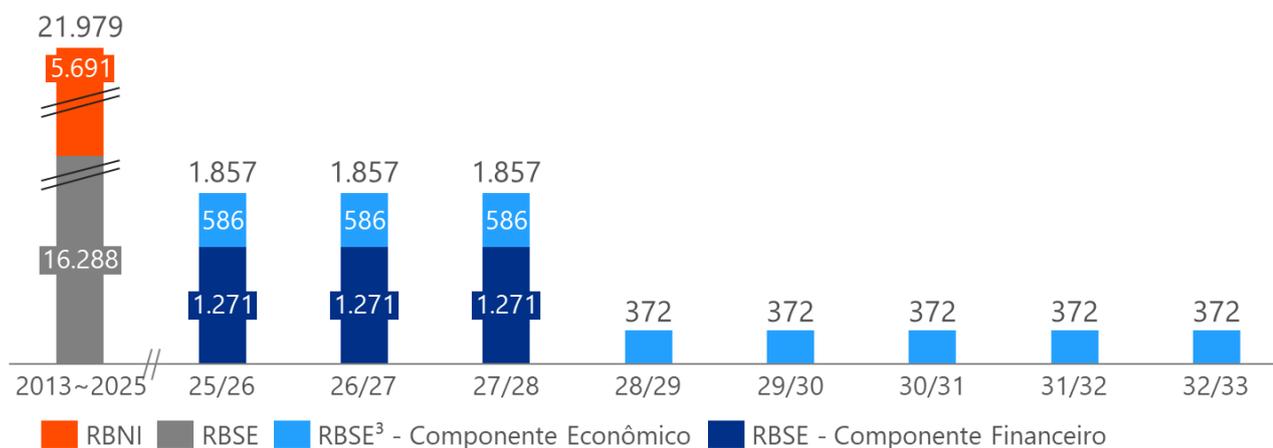
Em reunião de Diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo. A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 ("NT85") e decidiu por: (i) manutenção da metodologia de cálculo postecipado; (ii) criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; (iii) e atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

Além da discussão em âmbito administrativo que se encerrou em junho de 2025, está em tramitação o Processo nº TC 012.715/2017-4 perante o Tribunal de Contas da União ("TCU"), cujo objeto é a avaliação da conformidade e transparência da metodologia da definição dos valores dos ativos de transmissão existentes em 31/05/2000, mas não amortizados, bem como à metodologia de atualização e repasse desses valores à tarifa de energia elétrica pendente de análise. Em 05/07/2023, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União – MPTCU manifestou-se favoravelmente ao ingresso da ISA ENERGIA BRASIL como parte interessada e concluiu que a opção regulatória do MME deve ser respeitada pelo TCU. A apreciação do referido processo pela Corte ainda está pendente.

Não se pode descartar a possibilidade de novas judicializações acerca do tema, tampouco pode-se desconsiderar a possibilidade de novas decisões judiciais alterarem uma ou mais condições do pagamento do RBSE. Eventuais novas decisões judiciais, dependendo do seu conteúdo e abrangência, se não revertidas a tempo e modo, podem trazer ou não impactos significativos ao recebimento da Companhia exigindo, inclusive, conforme o caso, a revisão de planos de investimentos, distribuição de proventos e estratégia corporativa, além dos regulares registros contábeis de tais impactos.

Considerando-se decisão da ANEEL em reunião de diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025 e com base no reajuste tarifário para o ciclo 25/26, segue o fluxo de pagamentos dos valores devidos referente a renovação da Concessão Paulista:

### Fluxo de Recebimento da RBSE Pós Decisão da ANEEL em 2025 <sup>1 2 3 4</sup>



<sup>1</sup> Valores reais, data base junho de 2025, com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 12/2024.

<sup>2</sup> Desconsidera a parcela de CAIMI e Outras Receitas da RAP do RBSE.

<sup>3</sup> Movimentação da base de ativos que compõe o RBSE deverá reduzir gradualmente a parcela de RAP do componente econômico, e após o ciclo 33/34, permanecerá somente o valor referente a remuneração de capital de terrenos e almoxarifado até o fim da concessão, em 2042.

<sup>4</sup> Fluxo previsto do ciclo 28/29 a 32/33 foi estimado com base no laudo e nas premissas definidas na RTP de 2023. Os valores serão reavaliados no processo de revisão tarifária de 2028.

(\*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000

(\*\*) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

## Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58, aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle, admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja operacionalização ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA ENERGIA BRASIL e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados. A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, glosas passaram a ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

## Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA ENERGIA BRASIL faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

## Ação de Cobrança

Desde 2005, a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA ENERGIA BRASIL tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela Companhia está sendo cobrada através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ, que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de março de 2025, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2,6 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos, realizada em 2013.

Entre agosto de 2018 e março de 2019, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu repasse integral da SEFAZ em razão de decisão judicial liminar, posteriormente suspensa pelo STJ até julgamento do recurso da SEFAZ.

O recurso da SEFAZ foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em março de 2024, determinando o retorno do processo ao TJSP, que deverá delimitar na decisão a responsabilidade de cada uma das partes entre si em relação às parcelas e rubricas que compõem as complementações de aposentadoria. Foi determinada a manutenção do pagamento das glosas pela ISA ENERGIA BRASIL (como ocorre desde 2005) até o trânsito em julgado da ação.

Em outubro de 2024, o STJ, por convenção das partes para tentativa de conciliação, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias o trâmite processual da ação de cobrança. Em 22 de maio de 2025 foi realizada audiência de instalação da mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Superior Tribunal de Justiça ("CEJUSC/STJ") com a presença da Procuradoria do Estado de São Paulo. Renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. A tentativa de conciliação amigável não significa prejuízo aos direitos da Companhia e não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a tentativa de conciliação seja infrutífera, o processo voltará a fluir como anteriormente.

## GLOSSÁRIO

**ADTV (Average Daily Traded Volume)** - Volume médio diário negociado.

**ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)** - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT.

**CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)** - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração regulatória (QRR).

**CAGR (Compound Annual Growth Rate)** - Taxa de crescimento anual composto.

**CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção)** - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

**CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)** - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

**CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)** - Encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

**Crescimento orgânico** - Crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

**CVM (Comissão de valores mobiliários)** – autarquia vinculada ao ministério da fazenda, que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do Brasil.

**EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization)** - Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

**Encargos regulatórios** – São arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e/ou investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

**Energização** - Início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

**Greenfield** - projetos de crescimento por meio de leilões.

**IBBR (Índice Bovespa B3 BR+)** - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos com maior negociabilidade e representatividade. composto de ações, units e BDRs de empresas brasileiras.

**IBEP (Índice Bovespa B3 Empresas Privadas)** - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem controle acionário privado.

**IBEW (Índice Bovespa B3 Equal Weight)** - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade.

**IBOV B3 (Índice bovespa B3)** - principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro.

**IBRA – (Índice Brasil amplo)** - indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário.

**IBRX100 (Índice Brasil 100)** - indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

**IBSD (Índice Bovespa Smart Dividendos)** - indicador de desempenho médio dos ativos de empresas listadas que se destacam em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

**IBVL (Índice Bovespa Smart Low Volatility B3)** - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem menor volatilidade nos retornos diários.

**ICO2 (Índice Carbono eficiente)** - adesão das companhias ao ICO2 B3 demonstra o comprometimento com sua eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na adoção de práticas de gestão que conduzam a uma maior eficiência nessas emissões, contribuindo para o avanço da transição para uma economia de baixo carbono.

**IDIV (Índice dividendos)** - desempenho médio das cotações dos ativos que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio

**IE** - Interligação Elétrica.

**IEE (Índice de Energia Elétrica)** - Índice setorial da Bolsa (B3) que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

**IENS (Índice de Energia não Suprida)** - Índice de energia que deixou de ser consumida em decorrência de uma interrupção.

**IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada)** – indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3

**IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade)** - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas integrantes do IGC.

**IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** - medir a inflação de uma série de produtos vendidos no comércio e varejo.

**JCP (Juros sobre Capital Próprio)** – tipo de remuneração que uma empresa pode distribuir aos seus acionistas, sócios ou cotistas.

**Leilões de Transmissão de Energia** - Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

**M&A (Mergers and Acquisitions)** - Fusões e aquisições.

**Melhoria** - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

**MLCX (Índice MidLarge Cap)** - desempenho médio dos ativos das empresas de maior capitalização da B3.

**MME** – Ministério de Minas e Energia.

**O&M** - Operação e Manutenção.

**ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)** - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

**Outras Receitas** - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

**PA (Parcela de Ajuste)** - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

**PMSO** - Pessoal, Materiais, Serviços e Outros.

**PROINFA** - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

**PV (Parcela Variável)** - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

**P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento.

**RAP (Receita Anual Permitida)** - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos nos quais os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

**RB (Rede Básica)** - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

**RBNI (Rede Básica Novos Investimentos)** - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

**RBSE (Rede Básica do Sistema Existente)** - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

**Reforço** - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

**RGR** - Reserva Global de Reversão.

**SIN (Sistema Interligado Nacional)** – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

**TCU** - Tribunal de Contas da União.

**TFSEE** - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica.

**TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica)** – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

**UTIL B3 (Índice Utilidade Pública)** - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento e gás).

## ANEXOS

### Anexo I – Projetos Greenfield desde 2016| Crescimento

Leilões	Projetos	Contrato	Empresa	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	Deságio	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 2025/2026	Data de Necessidade¹	Prazo ANEEL	CapEx ANEEL Participação ISA ENERGIA BRASIL data base leilão	CapEx ISA ENERGIA BRASIL total até 30/06/2025	Licenci. Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário³	Avanço Físico⁴	Entrada em Operação Comercial²
013/2015 (out/2016)	Paraguaçu (Lote 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	0,0%	162,4	jan-19	fev-22	255	333	✓	2T19	100%	100%	3T22
	Aimorés (Lote 4)	004/2017	IE Aimorés	50%	MG	0,0%	108,8	jan-19	fev-22	171	198	✓	2T19	100%	100%	2T22
	Itaúnas (Lote 21)	018/2017	IE Itaúnas	100%	ES	25,1%	72,1	jul-18	jun-22	298	374	✓	3T18	100%	100%	4T23
005/2016 (abr/2017)	Ivaí (Lote 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	33,2%	398,7	fev-21	ago-22	968	1.050	✓	4T19	100%	100%	4T22
	Tibagi (Lote 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	32,2%	23,7	jan-17	ago-21	135	118	✓	3T18	100%	100%	4T20
	Itaquerê (Lote 6)	027/2017	IE Itaquerê	100%	SP / PR	44,5%	70,8	jun-18	ago-21	398	256	✓	3T18	100%	100%	3T20
	Aguapeí (Lote 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	52,7%	83,2	dez-18	ago-21	602	363	✓	3T19	100%	100%	1T21
002/2018 (out/2018)	Bauru (Lote 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	57,6%	16,2	ago-19	fev-21	126	63	✓	2T18	100%	100%	3T19
	Lorena (Lote 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	73,9%	18,3	jan-20	set-22	238	126	✓	3T19	100%	100%	4T21
002/2019 (dez/2019)	Biguaçu (Lote 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	66,7%	56,3	set-21	set-23	641	456	✓	1T21	100%	100%	3T22
	Minuano (Lote 1)	001/2020	Evrecy	100%	RS	66,9%	53,0	jan-20	mar-25	682	737	✓	3T22	100%	100%	4T24
	Três Lagoas (Lote 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	68,1%	7,5	jan-20	set-23	99	87	✓	2T21	100%	100%	2T22
001/2020 (dez/2020)	Mineiro (Lote 7)	007/2020	IEMG	100%	MG	65,4%	46,1	jan-20	mar-25	554	520	✓	1T22	100%	100%	3T23
	Riacho Grande (Lote 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	57,9%	93,1	jan-26	mar-26	1.141	766	✓	3T23	100%	89%	-
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Lote 3)	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	46,8%	343,1	jan-26	set-27	3.654	2.696	✓	3T24	99%	67%	-
	Jacarandá (Lote 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	59,2%	16,1	mar-26	mar-26	232	63	✓	3T24	69%	61%	-
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	44,8%	321,8	Imediata	mar-29	3.157	306	4T25	-	66%	21%	-
	Itatiaia (Lote 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	41,8%	248,2	Imediata	mar-29	2.342	136	3T25	-	65%	23%	-
	Água Vermelha (Lote 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	50,4%	8,5	Imediata	set-26	94	87	✓	3T24	100%	100%	2T25
Total (19)						47,2%	2.147,8	-	-	15.785	8.734	-	-	-	-	-

[Clique aqui](#) para acessar a planilha.

## Anexo II – Investimentos em Projetos

Investimentos (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conjunto					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Projetos <i>Brownfield</i></b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>N.A</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>N.A</b>
<b>Reforços/Melhorias</b>	<b>379,3</b>	<b>340,4</b>	<b>11,4%</b>	<b>685,3</b>	<b>583,5</b>	<b>17,4%</b>
<b>Projetos <i>Greenfield</i></b>	<b>722,8</b>	<b>299,8</b>	<b>141,1%</b>	<b>1.524,8</b>	<b>891,8</b>	<b>71,0%</b>
Piraquê	538,0	149,0	261,0%	1.075,3	505,7	112,7%
Riacho Grande	77,1	48,7	58,4%	235,7	99,8	136,1%
Serra Dourada	48,8	37,2	31,0%	93,9	118,8	-21,0%
Água Vermelha	16,0	3,2	396,8%	52,2	6,0	771,4%
Itatiaia	19,7	5,2	279,2%	40,3	57,2	-29,5%
Jacarandá	23,1	1,8	1205,1%	27,4	3,0	825,5%
Minuano	0,0	48,4	-100,0%	0,0	90,7	-100,0%
Triângulo Mineiro	0,0	9,0	-100,0%	0,0	12,2	-100,0%
Biguaçu	0,0	-7,8	N.A	0,0	-7,0	N.A
Itapura-Lorena	0,0	1,5	-100,0%	0,0	2,0	-100,0%
Tibagi	0,0	-0,2	N.A	0,0	-0,2	N.A
Três lagoas	0,0	0,0	N.A	0,0	-0,2	N.A
Itaquerê	0,0	3,6	-100,0%	0,0	3,6	-100,0%
Itaúnas	0,0	0,2	-100,0%	0,0	0,2	-100,0%
<b>Total</b>	<b>1.102,1</b>	<b>640,2</b>	<b>72,2%</b>	<b>2.210,1</b>	<b>1.475,3</b>	<b>49,8%</b>

Nota: Considera a participação proporcional da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas não consolidadas (controladas em conjunto).

### Anexo III - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	653.574	2.914.747
Aplicações financeiras	1.176.687	485.995
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	588.981	259.819
Estoques	45.660	39.928
Serviços em Curso	0	0
Tributos e contribuições a compensar	444.644	453.046
Instrumentos financeiros derivativos	26.668	41.658
Créditos com partes relacionadas	127.962	118.989
Despesas pagas antecipadamente	45.975	19.461
Caixa restrito	0	1.273
Outros	126.892	221.724
	<b>3.237.043</b>	<b>4.556.640</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Caixa restrito	18.889	17.862
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	214.298	624.135
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.653.970	2.563.255
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	363	438
Cauções e depósitos vinculados	44.590	43.650
Créditos com controladas	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	12.561	84.715
Outros	92.360	93.364
	<b>3.037.031</b>	<b>3.427.419</b>
Investimentos	1.888.005	1.721.387
Imobilizado	18.201.479	16.478.040
Intangível	1.774.851	1.782.527
	<b>21.864.335</b>	<b>19.981.954</b>
	<b>24.901.366</b>	<b>23.409.373</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>28.138.409</b>	<b>27.966.013</b>

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	88.762	82.056
Debêntures	246.018	1.109.914
Arrendamento	14.086	12.020
Instrumentos financeiros derivativos	23.396	0
Fornecedores	253.953	184.644
Tributos e encargos sociais a recolher	249.750	139.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Encargos regulatórios a recolher	53.247	66.750
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	6.519	1.408.488
Obrigações trabalhistas	75.794	71.658
Valores a pagar – Funcesp	757	351
Outros	98.526	271.133
	<b>1.110.808</b>	<b>3.346.182</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e financiamentos	704.383	651.766
Debêntures	13.022.977	11.392.559
Arrendamento	35.828,0	25.489
Instrumentos financeiros derivativos	23.765	0
Fornecedores	2.229	1.393
Benefício a Empregados - Déficit Atuarial	0	0
PIS e COFINS diferidos	29.777	38.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.678.737	1.675.869
Encargos Regulatórios a recolher	27.173	30.763
Provisões	153.480	193.721
Reserva Global de Reversão - RGR	0	0
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	678.503	683.178
Outros	338	610
	<b>16.357.190</b>	<b>14.693.431</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	3.590.020	3.590.020
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	3.697.689	2.958.714
Reserva de Reavaliação	2.705.763	2.846.948
Outros Resultados Abrangentes	127.545	173.351
	<b>10.121.683</b>	<b>9.569.699</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	548.730	356.701
	<b>10.670.413</b>	<b>9.926.400</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>28.138.411</b>	<b>27.966.013</b>

## Anexo IV - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.174.144</b>	<b>1.271.772</b>	<b>-7,7%</b>	<b>2.468.120</b>	<b>2.552.840</b>	<b>-3,3%</b>
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.163.603	1.260.536	-7,7%	2.445.424	2.531.556	-3,4%
Outras	10.541	11.236	-6,2%	22.696	21.284	6,6%
<b>(-) Deduções à Receita Operacional</b>	<b>-145.513</b>	<b>-159.387</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-307.637</b>	<b>-332.316</b>	<b>-7,4%</b>
Tributos e Contribuições sobre a Receita	-101.351	-113.082	-10,4%	-213.887	-227.267	-5,9%
Encargos Regulatórios	-44.162	-46.305	-4,6%	-93.750	-105.049	-10,8%
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.028.631</b>	<b>1.112.385</b>	<b>-7,5%</b>	<b>2.160.483</b>	<b>2.220.524</b>	<b>-2,7%</b>
<b>(-) Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>-421.230</b>	<b>-383.688</b>	<b>9,8%</b>	<b>-808.803</b>	<b>-742.361</b>	<b>9,0%</b>
Pessoal	-103.937	-112.506	-7,6%	-213.914	-222.110	-3,7%
Material	-7.104	-7.752	-8,4%	-11.223	-11.412	-1,7%
Serviços	-52.013	-53.640	-3,0%	-91.954	-97.163	-5,4%
Depreciação	-215.793	-180.060	19,8%	-423.781	-348.854	21,5%
Outros	-42.383	-29.730	42,6%	-67.929	-62.822	8,1%
<b>(=) Resultado do Serviço</b>	<b>607.401</b>	<b>728.697</b>	<b>-16,6%</b>	<b>1.351.680</b>	<b>1.478.163</b>	<b>-8,6%</b>
<b>(+/-) Resultado Financeiro</b>	<b>-351.730</b>	<b>-240.101</b>	<b>46,5%</b>	<b>-703.118</b>	<b>-492.493</b>	<b>42,8%</b>
Rendimento de Aplicações Financeiras	72.948	49.972	46,0%	153.361	89.830	70,7%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-126.121	-70.462	79,0%	-287.755	-197.754	45,5%
Juros Ativo/Passivos	-1.293	-172	651,7%	-2.815	-158	1681,6%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-324.406	-215.836	50,3%	-596.754	-379.474	57,3%
Outras	27.142	-3.603	n.a	30.845	-4.937	n.a
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>255.670</b>	<b>488.596</b>	<b>-47,7%</b>	<b>648.562</b>	<b>985.670</b>	<b>-34,2%</b>
<b>(-) Equivalência Patrimonial</b>	<b>91.505</b>	<b>99.249</b>	<b>-7,8%</b>	<b>166.618</b>	<b>178.420</b>	<b>-6,6%</b>
<b>(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>-33.651</b>	<b>-17.757</b>	<b>89,5%</b>	<b>-62.668</b>	<b>-39.077</b>	<b>60,4%</b>
<b>(=) Resultado Anterior aos Tributos</b>	<b>313.524</b>	<b>570.088</b>	<b>-45,0%</b>	<b>752.512</b>	<b>1.125.013</b>	<b>-33,1%</b>
<b>(-) IR e CSLL</b>	<b>-40.782</b>	<b>-130.433</b>	<b>-68,7%</b>	<b>-130.946</b>	<b>-263.276</b>	<b>-50,3%</b>
Corrente	11.308	-175.719	n.a	-83.625	-345.461	-75,8%
Diferido	-52.090	45.286	n.a	-47.321	82.185	n.a
<b>(=) Lucro/Prejuízo Consolidado</b>	<b>272.742</b>	<b>439.655</b>	<b>-38,0%</b>	<b>621.566</b>	<b>861.737</b>	<b>-27,9%</b>
<b>(-) Partic. Acionista não Controlador</b>	<b>-17.101</b>	<b>-14.062</b>	<b>21,6%</b>	<b>-28.572</b>	<b>-26.899</b>	<b>6,2%</b>
<b>(=) Lucro/Prejuízo</b>	<b>255.641</b>	<b>425.593</b>	<b>-39,9%</b>	<b>592.994</b>	<b>834.838</b>	<b>-29,0%</b>

## Anexo V – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório<sup>1</sup>

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	1S25	1S24
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.694.410</b>	<b>1.546.478</b>
Lucro líquido do período	621.566	861.737
Benefício a empregados – déficit atuarial	0	22.312
PIS e COFINS diferidos	-8.306	-6.483
Depreciação e amortização	467.194	402.890
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.320	-82.182
Provisão para Demandas judiciais	-42.661	13.650
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	20.881	16.988
Benefício fiscal – ágio incorporado	18	18
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	0	0
Realização da perda em controlada em conjunto	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	-166.618	-178.420
Receita sobre aplicações financeiras	-57.166	-51.351
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	877.386	568.197
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-40.288	6.021
Instrumento Financeiro	3.655	0
Transações com acionistas não controladores	-28.572	-26.899
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>38.185</b>	<b>130.373</b>
Caixa restrito	0	0
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	80.675	124.193
Estoques	-5.732	-6.220
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-90.715	-90.188
Tributos e contribuições a compensar	73.103	-86.558
Despesas pagas antecipadamente	-26.514	-25.847
Cauções e depósitos vinculados	-73	527
Crédito com controladas	0	0
Outros	7.441	214.466
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>-14.062</b>	<b>26.670</b>
Fornecedores	70.145	-28.787
Tributos e encargos sociais a recolher	193.939	401.527
Obrigações trabalhistas	4.136	3.684
Pagamentos de impostos	-82.747	-76.093
Encargos regulatórios a recolher	-10.901	6.031
Provisões	-4.762	-16.725
Valores a pagar Vivest	406	-29
Reserva Global de Reversão	-1.240	-1.240
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-7.646	-50.632
Benefício pós emprego - passivo atuarial	0	-18.178
Outros	-175.392	-192.888
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.718.533</b>	<b>1.703.521</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>-2.624.965</b>	<b>-2.225.248</b>
Caixa restrito	246	5.790
Aplicações financeiras	-2.925.957	-3.646.078
Resgates de Aplicações financeiras	2.484.460	2.752.398
Imobilizado	-2.183.714	-1.399.448
Investimentos	0	0
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	0
Dividendos recebidos	0	62.090
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-1.354.741</b>	<b>347.399</b>
Adições Empréstimos e Debêntures	1.446.492	2.396.381
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-988.165	-478.649
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-508.518	-318.039
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-8.500	-10.012
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	39.856	-3.223
Integralização de capital	0	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.335.906	-1.239.059
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-2.261.173</b>	<b>-174.328</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.914.747	245.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	653.574	71.491
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-2.261.173</b>	<b>-174.328</b>

<sup>1</sup>O fluxo de caixa indireto contabilizado na metodologia regulatória considera as saídas de caixa relacionadas aos projetos *greenfield*, *brownfield* e de Reforços e Melhorias como fluxos de investimentos.

## Anexo VI – Resultado Regulatório Empresas não consolidadas

IE MADEIRA						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>200.362</b>	<b>222.346</b>	<b>-9,9%</b>	<b>392.781</b>	<b>410.681</b>	<b>-4,4%</b>
Deduções à receita operacional	-27.241	-25.334	7,5%	-52.416	-48.026	9,1%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>173.121</b>	<b>197.012</b>	<b>-12,1%</b>	<b>340.365</b>	<b>362.655</b>	<b>-6,1%</b>
Custos e Despesas	-15.686	-9.364	67,5%	-36.184	-31.355	15,4%
Depreciação	-36.493	-36.383	0,3%	-73.383	-67.618	8,5%
<b>EBITDA</b>	<b>157.301</b>	<b>180.007</b>	<b>-12,6%</b>	<b>304.064</b>	<b>329.432</b>	<b>-7,7%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>120.943</b>	<b>151.265</b>	<b>-20,0%</b>	<b>230.798</b>	<b>263.682</b>	<b>-12,5%</b>
Resultado Financeiro	-10.539	-18.600	-43,3%	-26.765	-41.938	-36,2%
Outras receitas/despesas líquidas	-134	-7.642	-98,2%	-117	-1.867	-93,8%
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>110.270</b>	<b>125.024</b>	<b>-11,8%</b>	<b>203.917</b>	<b>219.877</b>	<b>-7,3%</b>
IR & CSLL*	-21.129	-19.840	6,5%	-41.706	-26.981	54,6%
<b>Lucro líquido</b>	<b>89.140</b>	<b>105.184</b>	<b>-15,3%</b>	<b>162.211</b>	<b>192.895</b>	<b>-15,9%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no EBITDA</b>	<b>80.224</b>	<b>91.803</b>	<b>-12,6%</b>	<b>155.073</b>	<b>168.010</b>	<b>-7,7%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no Lucro</b>	<b>45.461</b>	<b>53.644</b>	<b>-15,3%</b>	<b>82.728</b>	<b>98.377</b>	<b>-15,9%</b>

IE GARANHUNS						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>41.537</b>	<b>45.237</b>	<b>-8,2%</b>	<b>82.904</b>	<b>79.798</b>	<b>3,9%</b>
Deduções à receita operacional	-5.491	-5.291	3,8%	-10.913	-10.633	2,6%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>36.046</b>	<b>39.946</b>	<b>-9,8%</b>	<b>71.991</b>	<b>69.164</b>	<b>4,1%</b>
Custos e Despesas	-3.797	-3.436	10,5%	-8.181	-7.237	13,0%
Depreciação	-6.355	-6.349	0,1%	-12.712	-12.697	0,1%
<b>EBITDA</b>	<b>32.249</b>	<b>36.510</b>	<b>-11,7%</b>	<b>63.810</b>	<b>61.927</b>	<b>3,0%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>25.894</b>	<b>30.162</b>	<b>-14,2%</b>	<b>51.098</b>	<b>49.230</b>	<b>3,8%</b>
Resultado Financeiro	-167	-933	-82,1%	-1.183	-2.182	-45,8%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>25.727</b>	<b>29.229</b>	<b>-12,0%</b>	<b>49.915</b>	<b>47.048</b>	<b>6,1%</b>
IR & CSLL*	-1.582	-553	185,9%	-3.073	-1.455	111,1%
<b>Lucro líquido</b>	<b>24.145</b>	<b>28.675</b>	<b>-15,8%</b>	<b>46.842</b>	<b>45.592</b>	<b>2,7%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no EBITDA</b>	<b>16.447</b>	<b>18.620</b>	<b>-11,7%</b>	<b>32.543</b>	<b>31.583</b>	<b>3,0%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no Lucro</b>	<b>12.314</b>	<b>14.624</b>	<b>-15,8%</b>	<b>23.890</b>	<b>23.252</b>	<b>2,7%</b>

IE AIMORÉS						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>28.454</b>	<b>27.380</b>	<b>3,9%</b>	<b>56.909</b>	<b>56.079</b>	<b>1,5%</b>
Deduções à receita operacional	-2.977	-2.998	-0,7%	-5.954	-6.069	-1,9%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>25.477</b>	<b>24.382</b>	<b>4,5%</b>	<b>50.955</b>	<b>50.010</b>	<b>1,9%</b>
Custos e Despesas	-1.698	-1.061	60,0%	-3.354	-2.308	45,3%
Depreciação	-2.798	-2.720	2,9%	-5.442	-5.440	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>23.779</b>	<b>23.321</b>	<b>2,0%</b>	<b>47.601</b>	<b>47.702</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>20.981</b>	<b>20.601</b>	<b>1,8%</b>	<b>42.159</b>	<b>42.262</b>	<b>-0,2%</b>
Resultado Financeiro	927	598	55,0%	1.329	1.032	28,8%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>21.908</b>	<b>21.199</b>	<b>3,3%</b>	<b>43.488</b>	<b>43.294</b>	<b>0,4%</b>
IR & CSLL*	-2.100	-2.091	0,4%	-4.614	-4.168	10,7%
<b>Lucro líquido</b>	<b>19.808</b>	<b>19.108</b>	<b>3,7%</b>	<b>38.874</b>	<b>39.126</b>	<b>-0,6%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA</b>	<b>11.890</b>	<b>11.661</b>	<b>2,0%</b>	<b>23.801</b>	<b>23.851</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro</b>	<b>9.904</b>	<b>9.554</b>	<b>3,7%</b>	<b>19.437</b>	<b>19.563</b>	<b>-0,6%</b>

IE PARAGUAÇU						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>42.384</b>	<b>40.865</b>	<b>3,7%</b>	<b>84.045</b>	<b>82.138</b>	<b>2,3%</b>
Deduções à receita operacional	-4.718	-4.300	9,7%	-9.365	-8.547	9,6%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>37.666</b>	<b>36.565</b>	<b>3,0%</b>	<b>74.680</b>	<b>73.591</b>	<b>1,5%</b>
Custos e Despesas	-2.189	-1.781	22,9%	-4.368	-3.827	14,1%
Depreciação	-4.732	-4.615	2,5%	-9.304	-9.230	0,8%
<b>EBITDA</b>	<b>35.477</b>	<b>34.784</b>	<b>2,0%</b>	<b>70.312</b>	<b>69.764</b>	<b>0,8%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>30.745</b>	<b>30.169</b>	<b>1,9%</b>	<b>61.008</b>	<b>60.534</b>	<b>0,8%</b>
Resultado Financeiro	2.244	1.230	82,4%	3.706	1.971	88,0%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>32.989</b>	<b>31.399</b>	<b>5,1%</b>	<b>64.714</b>	<b>62.505</b>	<b>3,5%</b>
IR & CSLL*	-2.620	-3.814	-31,3%	-6.044	-7.323	-17,5%
<b>Lucro líquido</b>	<b>30.369</b>	<b>27.585</b>	<b>10,1%</b>	<b>58.670</b>	<b>55.182</b>	<b>6,3%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA</b>	<b>17.739</b>	<b>17.392</b>	<b>2,0%</b>	<b>35.156</b>	<b>34.882</b>	<b>0,8%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro</b>	<b>15.185</b>	<b>13.793</b>	<b>10,1%</b>	<b>29.335</b>	<b>27.591</b>	<b>6,3%</b>

IE IVAÍ						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>104.217</b>	<b>100.221</b>	<b>4,0%</b>	<b>209.962</b>	<b>201.976</b>	<b>4,0%</b>
Deduções à receita operacional	-10.928	-10.731	1,8%	-22.011	-21.619	1,8%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>93.289</b>	<b>89.490</b>	<b>4,2%</b>	<b>187.951</b>	<b>180.357</b>	<b>4,2%</b>
Custos e Despesas	-4.598	-4.744	-3,1%	-10.014	-9.369	6,9%
Depreciação	-13.462	-14.811	-9,1%	-27.086	-29.640	-8,6%
<b>EBITDA</b>	<b>88.741</b>	<b>84.746</b>	<b>4,7%</b>	<b>177.986</b>	<b>170.988</b>	<b>4,1%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>75.230</b>	<b>69.934</b>	<b>7,6%</b>	<b>150.852</b>	<b>141.348</b>	<b>6,7%</b>
Resultado Financeiro	-49.092	-46.803	4,9%	-116.872	-112.146	4,2%
Outras receitas/despesas líquidas	49	0	N.A.	49	0	N.A.
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>26.187</b>	<b>23.132</b>	<b>13,2%</b>	<b>34.029</b>	<b>29.202</b>	<b>16,5%</b>
IR & CSLL*	-8.903	-7.865	13,2%	-11.570	-9.929	16,5%
<b>Lucro líquido</b>	<b>17.283</b>	<b>15.267</b>	<b>13,2%</b>	<b>22.459</b>	<b>19.273</b>	<b>16,5%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA</b>	<b>44.370</b>	<b>42.373</b>	<b>4,7%</b>	<b>88.993</b>	<b>85.494</b>	<b>4,1%</b>
<b>Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro</b>	<b>8.642</b>	<b>7.634</b>	<b>13,2%</b>	<b>11.229</b>	<b>9.637</b>	<b>16,5%</b>

Anexo VII – *Covenants* (R\$ milhões)

<b>BNDES</b> (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/06/25	14.204,4
EBITDA últimos 12 meses	4.139,7
<b>Dívida Líquida/EBITDA</b> <b>30/06/25</b>	<b>3,43</b>
Patrimônio Líquido 30/06/25	21.150,7
<b>Divida Liq./(Divida Liq. + PL)</b> <b>30/06/25</b>	<b>0,40</b>

Os principais compromissos financeiros dos contratos de financiamento (*covenants* financeiros) que a ISA ENERGIA BRASIL está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2041) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 3,0$  e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ . O saldo desses financiamentos junto ao BNDES na data de 30/06/2025, soma o montante de R\$ 707,8 milhões em que os contratos possibilitam pré-pagamento.

Os indicadores são apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida nos contratos. A última apuração ocorreu em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada em 31 de dezembro de 2025. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA de acordo com essa metodologia foi de **3,43x** no 2T25. A próxima apuração ocorrerá em 31 de dezembro de 2025 e a Companhia já iniciou as tratativas junto ao BNDES para obtenção de *Waiver*.

## Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	653.574	2.914.747
Aplicações Financeiras	1.176.687	485.995
Ativo de concessão	3.782.091	3.604.640
Tributos e contribuições a compensar	444.644	453.046
Instrumentos financeiros derivativos	26.668	41.658
Créditos com partes relacionadas	127.518	142.546
Outros	394.239	296.817
	<b>6.605.421</b>	<b>7.939.449</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo		
Ativo de concessão	29.154.745	27.442.183
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	12.561	84.715
Cauções e depósitos vinculados	44.590	43.650
Instrumentos financeiros derivativos	2.653.970	2.564.527
Outros	231.188	283.142
	<b>32.097.054</b>	<b>30.418.217</b>
Investimentos	4.649.069	4.354.888
Imobilizado	161.519	153.613
Intangível	433.599	438.465
	<b>5.244.187</b>	<b>4.946.966</b>
	<b>37.341.241</b>	<b>35.365.183</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>43.946.662</b>	<b>43.304.632</b>
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	88.762	82.056
Debêntures	246.018	1.109.914
Arrendamento	14.086	12.020
Fornecedores	253.242	182.169
Tributos e encargos sociais a recolher	249.485	139.146
Encargos regulatórios a recolher	53.247	64.270
Juros sobre capital próprio e dividendos a	6.519	1.329.622
Outros	198.474	345.621
	<b>1.109.833</b>	<b>3.264.818</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e financiamentos	704.383	651.766
Debêntures	13.022.977	11.392.559
Arrendamento	35.828	25.489
PIS e COFINS diferidos	2.646.658	2.493.513
Imposto de renda e contribuição social	5.060.509	5.175.168
Encargos regulatórios a recolher	27.173	30.763
Provisões	159.294	197.271
Benefício a empregados – déficit atuarial	-	-
Outros	29.301	2.003
	<b>21.686.123</b>	<b>19.968.532</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	3.590.020	3.590.020
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	16.883.531	15.950.329
Outros Resultados Abrangentes	127.759	173.566
Dividendos adicionais propostos	-	-
	<b>20.601.976</b>	<b>19.714.581</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	548.730	356.701
	<b>21.150.706</b>	<b>20.071.282</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>43.946.662</b>	<b>43.304.632</b>

## Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (IFRS) (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T25	2T24	Var (%)	1S25	1S24	Var (%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.432,9</b>	<b>1.662,6</b>	<b>-13,8%</b>	<b>3.844,9</b>	<b>3.640,8</b>	<b>5,6%</b>
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	1.491,5	1.043,5	42,9%	2.989,5	2.246,6	33,1%
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-58,6	619,1	-109,5%	855,4	1.394,2	-38,6%
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.244,3	-792,5	57,0%	-2.490,7	-1.759,6	41,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>188,5</b>	<b>870,1</b>	<b>-78,3%</b>	<b>1.354,2</b>	<b>1.881,1</b>	<b>-28,0%</b>
<b>Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>219,4</b>	<b>70,2</b>	<b>212,4%</b>	<b>319,6</b>	<b>151,4</b>	<b>111,1%</b>
Receitas – Revisão Tarifária Periódica (RTP)	166,3	0,0	N.A.	166,3	0,0	N.A.
Gerais e Administrativas	-80,2	-67,7	18,3%	-130,7	-128,6	1,7%
Honorários da administração	-3,1	-3,5	-11,4%	-10,4	-11,1	-5,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-2,5	10,3	-123,9%	0,3	9,9	-97,1%
Resultado de equivalência patrimonial	138,8	131,2	5,9%	294,2	281,1	4,7%
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>408,0</b>	<b>940,4</b>	<b>-56,6%</b>	<b>1.673,8</b>	<b>2.032,5</b>	<b>-17,6%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-351,9</b>	<b>-240,2</b>	<b>46,5%</b>	<b>-703,5</b>	<b>-492,7</b>	<b>42,8%</b>
Receitas financeiras	124,1	51,3	142,0%	216,9	93,1	132,8%
Despesas financeiras	-476,0	-291,5	63,3%	-920,4	-585,8	57,1%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>56,1</b>	<b>700,2</b>	<b>-92,0%</b>	<b>970,3</b>	<b>1.539,8</b>	<b>-37,0%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>176,2</b>	<b>-149,7</b>	<b>-217,7%</b>	<b>-13,3</b>	<b>-333,4</b>	<b>-96,0%</b>
Corrente	11,3	-175,7	-106,4%	-83,6	-345,5	-75,8%
Diferido	164,9	26,1	533,0%	70,3	12,0	484,3%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado</b>	<b>232,3</b>	<b>550,5</b>	<b>-57,8%</b>	<b>957,0</b>	<b>1.206,4</b>	<b>-20,7%</b>
Participação do Acionista não Controlador	-17,1	-14,1	21,6%	-28,6	-26,9	6,2%
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>215,2</b>	<b>536,4</b>	<b>-59,9%</b>	<b>928,4</b>	<b>1.179,5</b>	<b>-21,3%</b>

## Anexo X – Fluxo de Caixa – IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	1S25	1S24
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>-2.905.291</b>	<b>-2.456.670</b>
Lucro líquido do período	956.980	1.206.417
Benefício a empregados – déficit atuarial	3.846	22.312
Depreciações e amortizações	16.927	18.805
PIS e COFINS diferidos	153.145	151.560
IR e CS diferidos	-70.283	-12.029
Provisão para Demandas Judiciais	20.508	11.256
Valor residual de ativo permanente baixado	61	55
Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	18	18
Receita sobre aplicações financeiras	-57.166	-51.351
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	877.386	568.197
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-39.919	6.213
Resultado de equivalência patrimonial	-294.181	-281.108
Reversão da perda em controlada em conjunto	0	0
Contas a receber - Ativo de Concessão	-4.457.617	-4.080.050
Instrumentos financeiros	3.655	0
Realização de ativo de Concessão na aquisição de Controlada	9.922	9.934
Resultado da alienação de bens e direitos	0	0
Transações com acionistas não controladores	-28.573	-26.899
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>2.507.959</b>	<b>2.565.153</b>
Caixa restrito	0	0
Contas a receber - Ativo de concessão	2.567.604	2.679.713
Estoques	33.138	55.656
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-89.443	-90.188
Tributos e contribuições a compensar	73.715	-86.558
Cauções e depósitos vinculados	-73	527
Despesas pagas antecipadamente	-26.514	-25.847
Crédito com controladas	0	0
Outros	-50.468	31.850
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>-70.625</b>	<b>205.693</b>
Fornecedores	71.909	-26.582
Tributos e encargos sociais a recolher	193.086	401.527
Pagamentos IR/CSLL	-82.747	-76.093
Obrigações trabalhistas	4.136	3.684
Encargos regulatórios a recolher	-10.901	6.031
Empréstimos e financiamentos a pagar	0	0
Instrumento Financeiro	0	0
Provisões	-66.038	-16.725
Valores a pagar Vivest	0	0
Reserva Global de Reversão	-1.240	-1.240
Outros	-178.830	-84.909
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>-467.957</b>	<b>314.176</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>-438.474</b>	<b>-835.874</b>
Caixa restrito	-1.027	5.790
Aplicações financeiras	-2.925.957	-3.646.078
Resgates de Aplicações financeiras	2.484.460	2.752.398
Aquisição de Imobilizado	-7.364	-8.086
Intangível	-2.997	-1.988
Investimentos	0	0
Dividendos recebidos	14.411	62.090
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-1.354.742</b>	<b>347.400</b>
Adições Empréstimos e Debêntures	1.446.492	2.396.381
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-988.165	-478.649
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-508.518	-318.039
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-8.500	-10.012
Instrumentos financeiros derivativos	39.856	-3.223
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.335.907	-1.239.058
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-2.261.173</b>	<b>-174.298</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.914.747	245.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	653.574	71.491
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-2.261.173</b>	<b>-174.328</b>